MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

RIO DE JANEIRO – 2015

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Autarquia está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015, da Decisão Normativa TCU nº 147/2015 e das instruções contidas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

RIO DE JANEIRO – ABRIL DE 2015

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

CEF – Caixa Econômica Federal
CENCIAR - Centro de Controle Interno do Comando da Aeronáutica
CFIAe – Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
CGU – Controladoria-Geral da União
COMAR – Comando Aéreo Regional
COMAER – Comando da Aeronáutica
COMGEP – Comando-Geral do Pessoal
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPGF – Cartão Corporativo
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DN – Decisão Normativa
EEAR – Escola de Especialistas de Aeronáutica
EMAER – Estado Maior da Aeronáutica
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
IN – Instrução Normativa
ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCA – Manual do Comando da Aeronáutica
MPA – Macroprocesso de Apoio
MPF – Macroprocesso Finalístico
NS – Norma de Serviço
OCI – Órgão de Controle Interno
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE – Planejamento Estratégico da CFIAe
PEMAER – Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PNR – Própria Nacional Residencial
RGI – Registro-Geral de Imóveis
SCCI – Sistema de Controle de Crédito Imobiliário
SEFA - Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIG – Sistema de Informações Gerenciais
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SPU – Sistema do Patrimônio da União
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabela I – Situações dos Empreendimentos 10
Figura 1.1.3 – Valores Organizacionais 12
Figura 1.4 - Organograma 14
Quadro A.1.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas 16
Quadro A.1.5 – Macroprocessos Finalísticos 16
Figura 1.5.1 – Fluxograma Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01 17
Figura 1.5.2 – Fluxograma Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02 18
Figura 1.5.3 – Fluxograma Financiamento Imobiliário – MPF 03 19
Figura 1.5.4 – Fluxograma Manutenção da Solidez Econ.-Financ. – MPF 04 20
Quadro A.1.6 – Macroprocessos de Apoio 21
Figura 1.6.1 – Fluxograma Informações Gerenciais – MPA 01 22
Tabela II – Previsões de Lançamentos 27
Figura 2.1.2 – Evolução Patrimonial X Dívida da CFIAe 28
Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 30
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis 30
Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 30
Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica 30
Identificação da Ação 30
Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 31
Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis 31
Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 31
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna 31
Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 32
Contribuições da União para o Custeio do Regime de Previdência Servidores Públicos Federais 32
Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 33
Administração da Unidade 33
Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 33
Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 34
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares 34
Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 34
Pagamento do Pessoal Ativo da União 34
Quadro A.2.4.1 – Despesas por Modalidade de Contratação 36
Quadro A.2.3.2.1 – Despesas com Publicidade 37
Quadro A.2.5.1 – Concessão de Suprimento de Fundos 37
Quadro A.2.5.2 – Utilização de Suprimento de Fundos 37
Quadro A.2.5.3 – Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos no exercício de referência 37
Quadro A.2.6.1 – Indicadores de Desempenho 38
Quadro A.2.6.1 – Indicadores Financeiro – Patrimônio Líquido 38
Quadro A.2.6.1 – Indicadores Financeiro – Inadimplência 39

Quadro A.2.6.1 – Indicadores Financeiro – Empréstimos para Pequenas Reformas em sua Propriedade.....39
Quadro A.2.6.1 – Empreendimento Residencial Solar do Bosque – 180 unidades habitacionais – Sulacap – RJ.....39
Quadro A.2.6.1 – Empreendimento Residencial Moradas do Sol – 120 unidades habitacionais – Fortaleza – CE.....40
Quadro A.2.6.1 - Empreendimento Residencial Rio Mar – 245 unidades habitacionais – Belém – PA.....40
Quadro A.2.6.1 Empreendimento Residencial Canoas – 160 unidades habitacionais – Canoas – RS.....40
Tabela III - Situação Econômico-Financeira.....48
Quadro 5.3 – Apuração de Custos em 2015 - Geral.....48
Figura 5.3 – Apuração de Custos em 2015 por setor da Autarquia.....49
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da CFIAe.....50
Quadro A.6.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva.....50
Quadro A.6.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ.....51
Quadro A.6.1.1.3 - Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho - 2015.....52
Quadro A.6.1.1.4 – Quantidade de Servidores da CFIAe por Faixa Etária.....52
Quadro A.6.1.1.5 – Quantidade de Servidores da CFIAe por Nível de Escolaridade.....52
Quadro A.6.1.1.6 – Previsão de Aposentadoria do Quadro de Servidores da CFIAe.....53
Quadro A.6.1.3.1 – Indicadores de Recursos Humanos – Absenteísmo.....53
Quadro A.6.1.3.2 – Indicadores de Recursos Humanos – Acidente de Trabalho.....54
Quadro A.6.1.3.3 – Indicadores de Recursos Humanos – Qualificação.....54
Quadro A.6.1.4.1 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....55
Quadro A.6.1.4.2 – Composição do Quadro de Estagiários.....55
Quadro A.6.3.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2015.....57
Quadro A.8.1 – Despesas do pessoal.....60
Quadro A.8.2 – Mapa Patrimonial.....61
Quadro A.8.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....62
Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....64
Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....65
Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....66
Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....67
Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....68
Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....69
Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....70
Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....71
Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....72
Quadro A.9.3.2 - Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores.....77
Quadro A.9.3.3– Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP.....77
Quadro A.9.3.5.1 - Declaração do Contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis.....78

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

8.1. Despesas com Pessoal 60
8.2. Mapa Patrimonial 61
8.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa 62
8.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas 64

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES 3
LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS 4
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES 6
APRESENTAÇÃO 10
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE 12
1.1. Finalidades e Competências 12
1.2. Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da CFIAe 13
1.3. Ambiente de Atuação 13
1.4. Organograma 14
1.5. Macroprocessos Finalísticos 16
1.6. Macroprocessos de Apoio 21
1.7. Principais Parceiros 23
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIOS E OPERACIONAL 24
2.1. Planejamento Organizacional 24
2.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício 24
2.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico 26
2.1.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos 28
2.1.4. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos 29
2.2. Desempenho Orçamentário 29
2.2.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade 29
2.2.2. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário 35
2.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos 36
2.3.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal para análise das prestações de contas 36
2.4. Informações sobre a Execução das Despesas 36
2.5. Suprimento de Fundos 37
2.5.1 Concessão de Suprimento de Fundos 37
2.5.2 Utilização de Suprimento de Fundos 37
2.5.3 Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos no exercício de referência 37
2.5.4 Análise Crítica 38
2.6. Desempenho Operacional 38
2.6.1. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho 38
3 GOVERNANÇA 41
3.1. Descrição das Estruturas de Governança 41
3.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados 41
3.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna 42
3.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos 43
3.5. Gestão de Riscos e Controles Internos 43
4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 45
4.1. Canais de Acesso do Cidadão 45
4.2. Cartas de Serviços ao Cidadão 45

4.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos - Usuários 45
4.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade 45
5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS....47
5.1. Desempenho Financeiro no Exercício....47
5.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos 48
5.3. Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da CFIAe 48
5.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas....49
6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 50
6.1. Gestão de Pessoas....50
6.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade 50
6.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal 53
6.1.3. Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal....53
6.1.4. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários 55
6.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura....55
6.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União....55
6.2.2. Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Políticas ou Privadas 56
6.2.3. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros 56
6.3. Gestão da Tecnologia da Informação 56
6.3.1. Principais Sistemas de Informações 56
6.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 57
6.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade....58
6.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação dos Serviços ou Obras 58
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE....59
7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU 59
7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno....59
7.3. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário 59
7.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993....59
7.5. Informações sobre Revisão dos Contratos Vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento 59
8 ANEXOS E APÊNDICES 60
9 RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES 73
9.1. Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna....73
9.2. Relatório de Instância ou Área de Correição....76
9.3. Declarações de Integridade 77
9.3.1. Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões 77
9.3.2. Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das Declarações de Bens e Rendas 77
9.3.3. Declaração de Integridade dos Registros das Informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento 77

9.3.4. Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial 78
9.3.5. Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.....78

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão Individual integra o processo de Prestação de Contas da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe), do exercício de 2015. Apresenta a síntese dos resultados das ações empreendidas por esta Autarquia, no esforço de melhor cumprir suas competências legais, bem como demonstra a utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição.

a. Como o Relatório de Gestão está estruturado

O presente Relatório está estruturado de forma individual com as informações sobre a gestão da CFIAe, no exercício de 2015, apresentadas em capítulos conforme preceitua as normativas do Tribunal de Contas da União e as orientações do Sistema de Prestação de Contas (e-contas), aplicáveis à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe. Na montagem do Relatório, a utilização da terminologia "Não se aplica" deve ser entendida que, embora o tema esteja no contexto do documento, o mesmo não se enquadra na realidade da CFIAe. Da mesma forma a terminologia "Não há informações para este subitem" poderá significar que, embora o tema tenha relação com as atividades da Autarquia, no exercício não se observou a ocorrência do evento.

b. Principais realizações da gestão no exercício

As metas estabelecidas para o ano de 2015, seguidas dos seus resultados no exercício, estão descritas no item 2.1.2 e na tabela constante do item 5.1.3 deste Relatório, entretanto, o quadro abaixo demonstra o andamento dos projetos do principal objetivo estratégico desta Autarquia, descrito no item 2.1.1.

Tabela I – Situações dos Empreendimentos

Empreendimento / Local	Qtd	Und	31/12/2015	Previsão para 2016
Residencial. Solar do Bosque Rio de Janeiro – RJ	180	Apto	Aprovação do Projeto Qualificação da demanda Assinatura dos Contratos Registro Cartorial Inicio das Obras	Aprov. Prj Meio Ambiente Qualificação da demanda Assinatura dos Contratos Registro Cartorial Inicio das Obras
Residencial Rio-Mar Belém – PA	245	Casas	Enquadramento PMCMV Qualificação da demanda Assinatura dos Contratos Registro Cartorial Inicio das Obras	Revisão faixas salariais Enquadramento PMCMV Qualificação da demanda Assinatura dos Contratos Registro Cartorial Inicio das Obras
Residencial Satélite Belém – PA	120	Casas	Aprovação PMBE	Aprovação PMBE
Residencial. Morada do Sol Fortaleza – CE	120	Casas	Aprovação CEF/PMFZ Seleção da Construtora	Aprovação PMFZ Revisão de faixas salariais Seleção da Construtora
Empreendimento no Município de Canoas –RS	-	-	Elaboração do projeto	Aprovação do projeto Seleção da Construtora

PMBE – Prefeitura Municipal de Belém – PA.
PMFZ – Prefeitura Municipal de Fortaleza– FZ.
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

c. Principais dificuldades

As principais dificuldades encontradas no exercício estão listadas a seguir:
- O processo de obtenção de terrenos da União, a principal matéria prima para a execução de

empreendimentos habitacionais, em geral é bastante complexo e lento, face ao envolvimento de diversos órgãos governamentais.

- A aprovação de recursos, junto a Agentes Financeiros, para construção de empreendimentos habitacionais exige a anuência de órgãos e entidades de diversas esferas do poder público, incluindo a aprovação dos projetos junto às Prefeituras Municipais e vários outros órgãos e entidades de domínio público, além do Registro Geral de Imóveis. Todo este processo, em geral, é demorado.

- Os cronogramas de obra foram afetados significativamente no exercício, à semelhança de anos anteriores, com a ocorrência de atrasos, face ao grande número de empreendimentos em execução no país, em decorrência, principalmente, dos diversos eventos de repercussão internacional, bem como a atual situação da economia, com impactos diretos na construção civil e no Programa Minha Casa, Minha Vida.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1. Finalidades e Competências

1.1.1 Missão

A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe – é uma Autarquia Federal de Regime Especial, integrante do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e um dos instrumentos do Governo Federal no setor habitacional, vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Aeronáutica, conforme disposto na Lei n° 6.715, de 12 de novembro de 1979 e Decreto nº 6129, de 20 de junho de 2007, com funções de Agente Financeiro, Agente Promotor e Agente Assessor, com a missão de proporcionar a seus beneficiários o acesso à moradia nas condições legalmente estabelecidas.

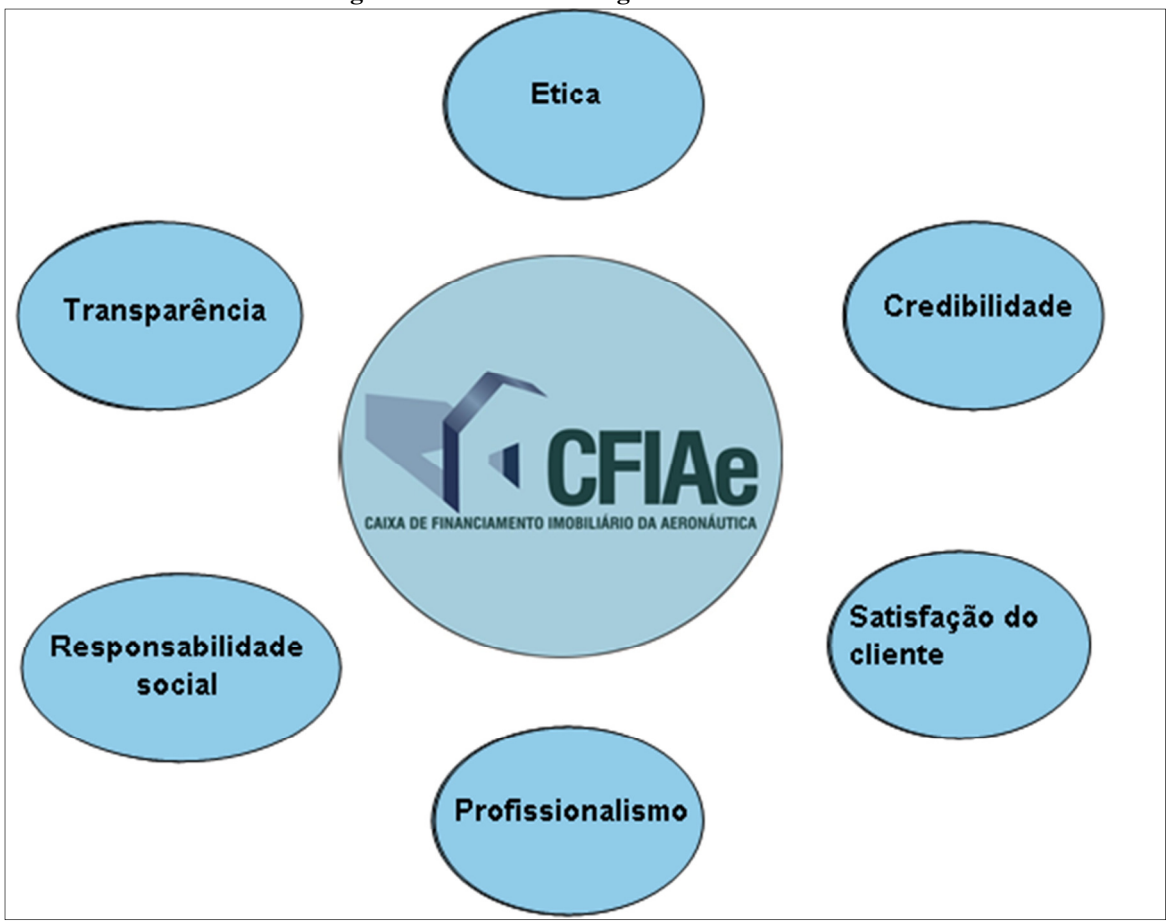
1.1.2 Visão de Futuro

Tornar-se referência como agente de fomento para a realização do sonho da casa própria para militares e civis, ativos e inativos e pensionistas do Comando da Aeronáutica.

1.1.3 Valores

Os seguintes valores organizacionais representam as crenças e atitudes que norteiam o comportamento dos servidores e identificam a conduta desta Autarquia.

Figura 1.1.3 – Valores Organizacionais



Ética

A conduta dos servidores da Autarquia está pautada no respeito às normas, leis e regulamentos e na boa prática dos princípios da moralidade e do convívio social.

Transparência

O conceito transparência implica em disponibilizar de forma clara o acesso crescente à informação sobre os atos e fatos administrativos em todos os níveis da administração interna e no atendimento das demandas do público em geral.

Credibilidade

Está relacionada à honestidade e à capacidade da Autarquia em transmitir a percepção da responsabilidade nos compromissos assumidos perante público interno e externo.

Responsabilidade Social

Representa a preocupação social e ambiental nas operações cotidianas da Autarquia, buscando administrar os impactos sociais e ambientais de forma justa e sustentável.

Profissionalismo

Diz respeito à capacitação, preparo e aperfeiçoamento contínuo do efetivo para a execução das tarefas rotineiras no cumprimento da missão da Autarquia.

Satisfação do Cliente

Os clientes (beneficiários) são a razão da existência da Autarquia. Todos merecem ser atendidos com respeito e atenção, buscando, sempre que possível, a satisfação de suas expectativas.

1.2. Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da CFIAe

A CFIAe foi criada, em 1979, pela Lei n° 6.715, de 12/11/1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.457, de 31/01/1980, cujo funcionamento é consubstanciado por seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1175/MIN, publicada na Seção I do DOU de 17/12/1987 e suas alterações posteriores.

1.3. Ambiente de Atuação

O Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER 10-31) constitui um conjunto de objetivos, medidas e projetos estratégicos, estabelecidos pelo Comandante da Aeronáutica, com a finalidade de conduzir a Organização da situação atual para a situação desejada, em um horizonte temporal definido.

O acervo crescente de equipamentos no período compreendido entre 2010 e 2031, aliado às novas características tecnológicas das aeronaves que comporão a frota da Força Aérea Brasileira (FAB), projeta a necessidade de aumento do efetivo, não só em relação ao número de tripulantes e mantenedores, como também no que tange às inúmeras atividades complementares para o cumprimento das missões atribuídas ao Comando da Aeronáutica, como aquelas afetas ao apoio ao homem, nas suas condicionantes de saúde, **moradia** e disponibilidade para o trabalho.

A demanda por habitação é considerada elevada no efetivo de militares ativos e da reserva, civis e pensionistas da FAB. A insuficiente oferta de Próprios Nacionais Residenciais tem deslocado parte do pessoal da Força para as periferias das grandes cidades, afetando o psicossocial, com reflexos negativos no desempenho profissional dos integrantes do Comando da Aeronáutica. O cenário vislumbrado é uma continuidade no aumento da demanda por moradias.

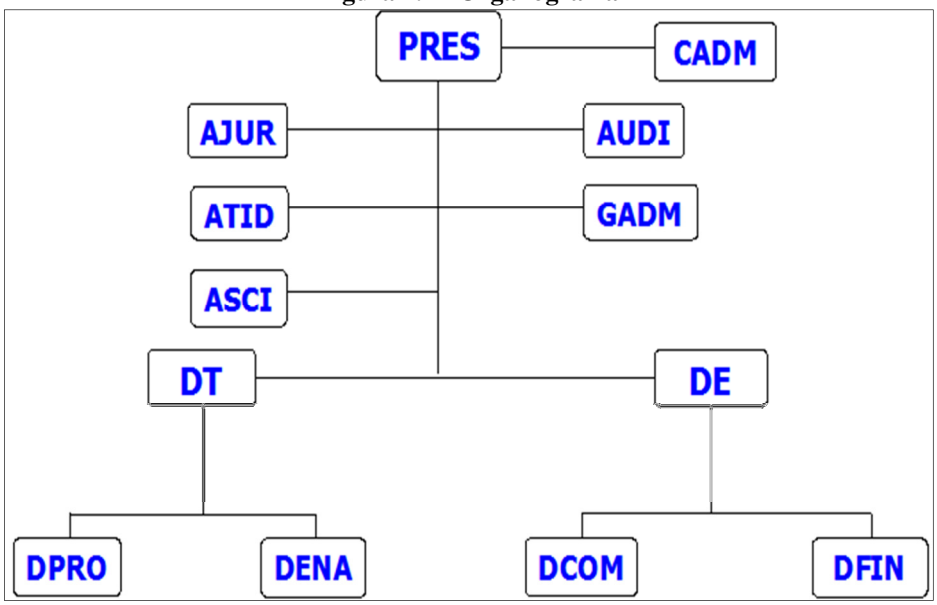
Neste entendimento, nas Perspectivas Estratégicas do PEMAER, uma linha de ação já determinada, visando aprimorar o apoio aos militares e civis do Comando da Aeronáutica, é o incremento das ofertas de imóveis pela CFIAe, de modo atender as demandas, utilizando-se de terrenos da União, dos estados e municípios.

A utilização de processos técnicos e administrativos inovadores retrata uma constante busca da Autarquia, no intuito de reduzir o preço final dos seus empreendimentos imobiliários. Para isso, existe uma parceria operacional com a Caixa Econômica Federal, que é de fundamental importância para os financiamentos dos empreendimentos, visando ter o suporte financeiro necessário na busca de condições especiais e diferenciadas de juros, prazos e limites de renda em atendimento ao que preconiza a política do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). O acompanhamento da execução dos empreendimentos deverá ser rotineiro a fim de garantir a qualidade do produto e o atendimento às especificações estabelecidas.

1.4. Organograma

Para atender a sua missão a CFIAe é estruturada conforme a seguir:

Figura 1.4 - Organograma



PRES – Presidência
AJUR – Assessoria Jurídica
ATID – Assessoria de Tecn. da Inform. e Divulgação
ASCI – Assessoria de Controle Interno
DT – Diretoria Técnica
DEPRO - Divisão de Promoções Habitacionais
DENA – Divisão de Eng. e Arquitetura

CADM – Conselho de Administração
AUDI – Auditoria Interna
GADM – Gabinete Administrativo

DE – Diretoria Executiva
DFIN – Divisão Financeira
DCOM – Divisão Comercial

1.4.1 A Presidência tem como principal atribuição orientar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades necessárias ao cumprimento da missão atribuída à CFIAe.

1.4.2 O Conselho de Administração tem como principal atribuição assessorar a Presidência na tomada de decisão para alcançar os objetivos da CFIAe. É formado pelo Presidente, o Chefe do Gabinete Administrativo, o Diretor Executivo, o Diretor Técnico, o Auditor Interno, o Assessor de

Controle Interno, o Assessor Jurídico, o Assessor da Tecnologia da Informação e Divulgação e os Chefes das Divisões.

1.4.3 A Diretoria Executiva tem como principal atribuição a administração financeira e comercial da CFIAe.

1.4.4 A Diretoria Técnica tem como principal atribuição planejar, executar e controlar as atividades técnicas de Engenharia e de Arquitetura, de acordo com os programas atribuídos à CFIAe.

1.4.5 O Gabinete Administrativo tem como principal atribuição prestar o apoio administrativo aos órgãos integrantes da CFIAe no que diz respeito à gestão dos recursos humanos e materiais e gerenciar a execução orçamentária referente aos créditos alocados à Autarquia.

1.4.6 A Auditoria Interna tem como principal atribuição assessorar a Presidência no cumprimento da legislação e das normas que regem a Administração Pública e a política habitacional da CFIAe, no sentido de comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a correção contábil e a veracidade dos controles existentes, objetivando maior eficiência no controle interno e nos serviços da Autarquia.

1.4.7 A Assessoria de Controle Interno tem como principal atribuição assessorar a Presidência, e as Diretorias Executiva e Técnica e o Gabinete Administrativo, no cumprimento da legislação e das normas que regem o serviço administrativo da CFIAe, bem como orientar todos os Agentes da Administração, objetivando maior eficiência no controle interno e serviços da Autarquia.

1.4.8 A Assessoria Jurídica tem como principal atribuição assessorar a Presidência em todos os assuntos de natureza jurídica que envolvam a CFIAe.

1.4.9 A Assessoria de Tecnologia da Informação e Divulgação tem como principal atribuição gerenciar as atividades de informática no âmbito da CFIAe.

1.4.10 A Divisão de Finanças tem como principal atribuição gerir os recursos financeiros, a contabilização dos atos e fatos administrativos patrimoniais da CFIAe

1.4.11 A Divisão de Comercialização tem como principal atribuição coordenar as atividades referentes à formação de grupos que irão adquirir unidades habitacionais objeto dos Programas Associativos desenvolvidos em parceria com Agentes Financeiros.

1.4.12 A Divisão de Engenharia e Arquitetura tem como principal atribuição planejar, coordenar, e controlar as atividades de Engenharia e de Arquitetura relativas ao desenvolvimento de empreendimentos habitacionais.

1.4.13 A Divisão de Promoções Habitacionais tem como principal atribuição identificar as regiões com maior demanda, baseando-se no banco de dados de pretendentes, e pleitear a disponibilidade de terrenos públicos, junto ao COMAR ou outros órgãos e entidades, a fim de possibilitar à CFIAe o desenvolvimento de empreendimentos.

Quadro A.1.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Orientar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades necessárias ao cumprimento da missão atribuída à CFIAe.	Marco Aurélio Gonçalves Mendes	Presidente	17/10/2013 a 31/12/2015
Diretoria Executiva	Executar a Administração Financeira e comercial da CFIAe.	Elcio Picchi	Diretor	21/06/2011 a 31/12/2015
Diretoria Técnica	Planejar, executar e controlar as atividades técnicas de Engenharia e de Arquitetura, de acordo com os programas atribuídos à CFIAe	Manoel de Andrade Rebelo	Diretor	25/08/2005 a 31/12/2015

1.5. Macroprocessos Finalísticos

A CFIAe possui quatro (04) Macroprocessos Finalísticos a saber:

a) Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01;

b) Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02;

c) Financiamento Imobiliário – MPF 03; e

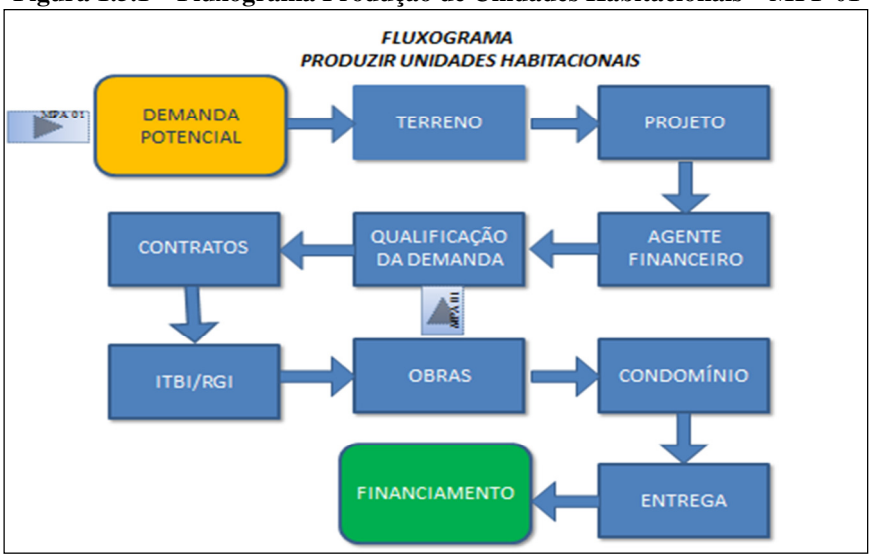
d) Manutenção da Solidez Econômico-Financeira – MPF 04.

Quadro A.1.5 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
MPF 01	Produção de Unidades Habitacionais	Construção de Imóveis Residenciais	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva e Diretoria Técnica
MPF 02	Empréstimos para Pequenas Reformas	Empréstimos Pessoais	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva
MPF 03	Financiamento Imobiliário	Contratos de Financiamento Imobiliários	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva
MPF 04	Manutenção da Solidez Econômico-Financeira	Controle das Receitas, Despesas e Controle da Inadimplência	Beneficiários do Comando da Aeronáutica e Instituições Financeiras	Diretoria Executiva

1.5.1 Macroprocesso – Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01

Figura 1.5.1 – Fluxograma Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa, ao final, produzir unidades habitacionais para entregar aos beneficiários e compreende as seguintes fases principais:

1ª FASE – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA POTENCIAL

O procedimento vem sendo adotado desde junho de 2004, por meio da INTRAER, INTERNET e fichas de cadastro remetidas às organizações militares. A demanda é definida por cidade, bairro e estado para melhor detalhar o planejamento e indicar a pesquisa pela obtenção de terrenos.

2ª FASE – TERRENO

Compreende a identificação e análise para aquisição ou transferência de áreas da União para a CFIAe, nas localidades onde a demanda por moradia própria for relevante e justifique a realização de empreendimentos habitacionais.

3ª FASE – PROJETO

Compreende a elaboração ou adaptação dos projetos/anteprojetos de Arquitetura/Urbanização e outros essenciais para a aprovação dos órgãos competentes federais, estaduais, municipais e agentes financeiros.

4ª FASE – AGENTE FINANCEIRO

São estabelecidos contatos com agentes financeiros, visando à obtenção dos recursos para construção do empreendimento e o consequente financiamento das unidades habitacionais aos beneficiários da CFIAe.

5ª FASE - QUALIFICAÇÃO DA DEMANDA

Compreende a análise das condições do pretendente à aquisição de imóvel promovido pela Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, segundo as normas estabelecidas por esta Autarquia e aquelas exigidas pelo Agente Financeiro. Culmina com a formação do grupo de interessados.

6ª FASE – CONTRATOS

Compreende a fase de celebração do instrumento contratual de aquisição do imóvel, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Agente Financeiro.

7ª FASE – ITBI / Registro Geral de Imóveis

Compreende o cumprimento das formalidades exigidas pela Prefeitura Municipal / Distrito Federal, quanto à transmissão do imóvel ao adquirente - ITBI e o consequente registro no Cartório de Registro de Imóveis da localidade.

8ª FASE - EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Concluídas as fases anteriores, inicia-se a fase de construção do empreendimento habitacional.

9ª FASE – INSTITUIÇÃO DO CONDOMÍNIO

É definida a administração inicial responsável pelo condomínio do empreendimento, com base na minuta de convenção estabelecida na ocasião da aprovação do memorial de incorporação.

10ª FASE – ENTREGA DO IMÓVEL

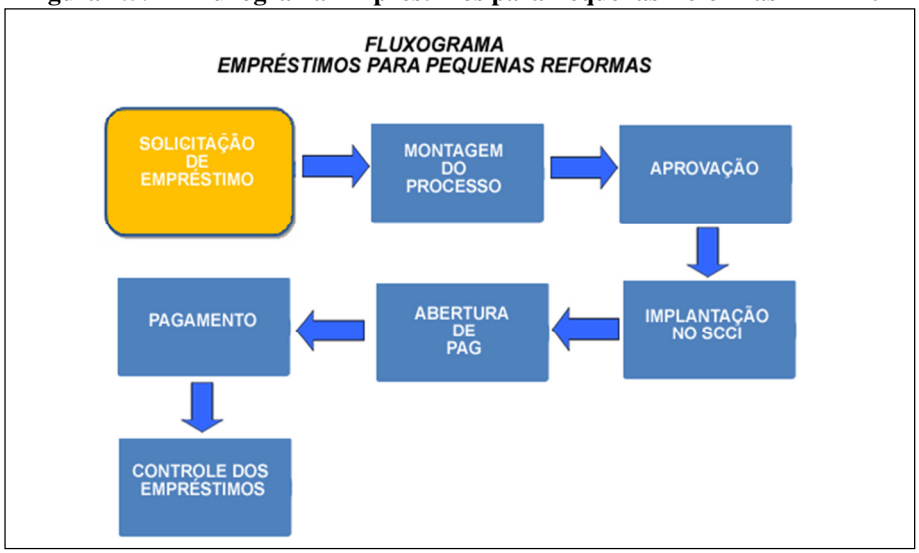
Concluída a execução física do imóvel, são tomadas as providências correspondentes ao "HABITE-SE", vistoria das unidades pelos adquirentes, entrega do imóvel e respectiva averbação no registro de imóveis.

11ª FASE – FINANCIAMENTO

É fase que se segue à conclusão das obras do empreendimento que possui duas etapas bastante distintas. A fase de construção do empreendimento e a fase de financiamento, em que o adquirente começa a amortização dos recursos financeiros empregados na construção.

1.5.2 Macroprocesso - Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02

Figura 1.5.2 – Fluxograma Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa proporcionar aos seus beneficiários recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais e compreende as seguintes fases principais:

1ª FASE – SOLICITAÇÃO DE EMPRÉSTIMO

O beneficiário preenche a solicitação e a envia, juntamente com a documentação requerida, à CFIAe.

2ª FASE – MONTAGEM DO PROCESSO

A Divisão de Comercialização (DCOM) recebe, confere, verifica a margem consignável, formaliza o contrato e monta o processo.

3ª FASE – APROVAÇÃO

A DCOM encaminha o processo ao Diretor Executivo para aprovação do Presidente.

4ª FASE – IMPLANTAÇÃO NO SCCI

Assinado o respectivo contrato, é implantado no Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI).

5ª FASE – ABERTURA DE PAG

O processo é encaminhado ao Assessor de Controle Interno para conferências, abertura de PAG e remessa para a Seção de Licitações para emissão da Nota de Empenho.

6ª FASE – PAGAMENTO

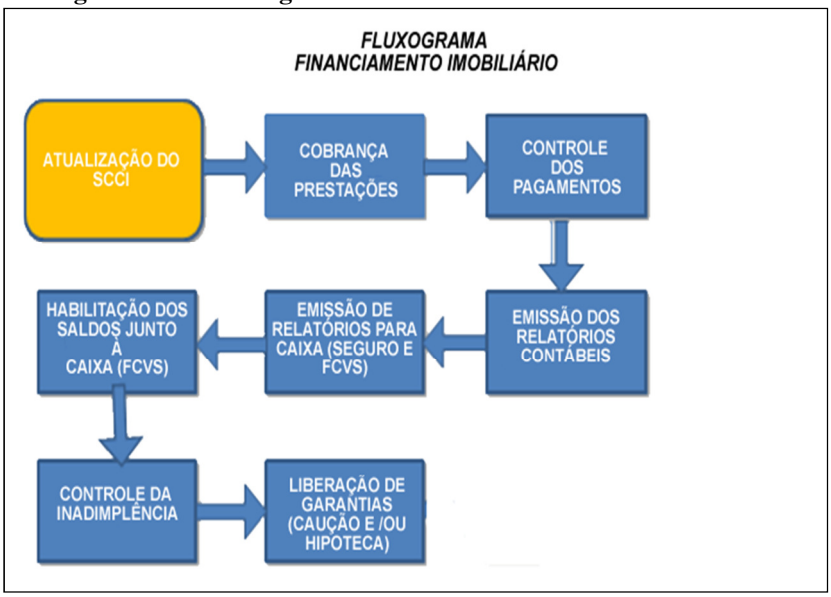
O processo segue para liquidação e enviado à Divisão Financeira (DFIN) para emitir a ordem bancária para depósito do valor do empréstimo na conta corrente do beneficiário.

7ª FASE – CONTROLE DOS EMPRÉSTIMOS

A DFIN encaminha o processo para a DCOM anexar as planilhas do SCCI e remeter para a Seção de Documentação e Arquivo (SDA) para abertura de pasta em nome do beneficiário e posterior arquivo. A DCOM controla os Empréstimos para Pequenas Reformas concedidos aos beneficiários através do SCCI, até a quitação pelo beneficiário.

1.5.3 Macroprocesso - Financiamento Imobiliário – MPF 03

Figura 1.5.3 – Fluxograma Financiamento Imobiliário – MPF 03



A Divisão de Comercialização (DCOM) controla os financiamentos imobiliários concedidos pela CFIAe, através do Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI), até a quitação pelo beneficiário.

Conforme mostrado no fluxograma este macroprocesso visa proporcionar aos seus beneficiários meios para a aquisição de unidades habitacionais e compreende as seguintes fases principais:

1ª FASE – ATUALIZAÇÃO DO SCCI

Para manter o SCCI atualizado, a DCOM, diariamente, cadastra os índices de reajuste das prestações e do saldo devedor.

2ª FASE – COBRANÇA DAS PRESTAÇÕES

Com a atualização, são feitas as emissões das prestações consignadas em folha ou das GRU's pagas no Banco do Brasil.

3º FASE – CONTROLE DOS PAGAMENTOS

Diariamente, a DCOM "captura" os lotes de retorno de pagamentos de prestações e atualiza o banco de dados do SCCI.

4ª FASE – EMISSÃO DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Após o fechamento do mês, a DCOM gera, no SCCI, os relatórios contábeis e encaminha à Divisão de Finanças (DFIN) para conferência.

5ª FASE – EMISSÃO DOS RELATÓRIOS PARA A CAIXA (SEGUROS E FCVS)

Mensalmente, é gerado o arquivo com os prêmios de seguros para ser enviado à seguradora e o arquivo com as parcelas mensais do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) à Caixa Econômica Federal (CEF).

6ª FASE - HABILITAÇÃO DOS SALDOS JUNTO À CAIXA (FCVS)

Os saldos residuais de responsabilidade do FCVS são habilitados regularmente pela DCOM junto à CEF.

7ª FASE – CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA

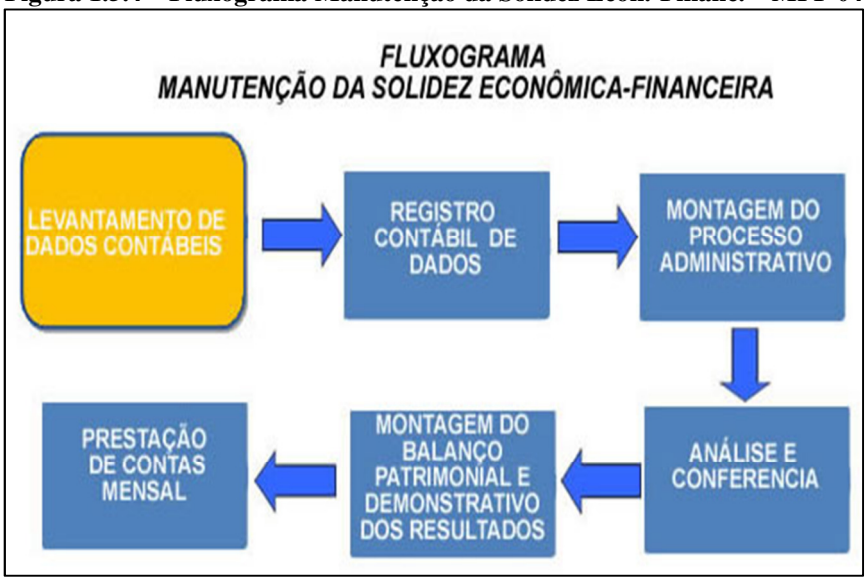
A DCOM envia avisos de cobranças aos mutuários inadimplentes e, se necessário, dá início ao processo de cobrança judicial.

8ª FASE – LIBERAÇÃO DAS GARANTIAS (CAUÇÃO E HIPOTECA)

Quitado o financiamento, a DCOM providencia as liberações das garantias que constam sobre o imóvel (caução e/ou hipoteca) e as entrega ao mutuário para serem averbadas no Registro Geral de Imóveis RGI.

1.5.4 Macroprocesso - Manutenção da Solidez Econômico-Financeira - MPF 04

Figura 1.5.4 – Fluxograma Manutenção da Solidez Econ.-Financ. – MPF 04



A Situação Econômico-Financeira da CFIAe é demonstrada mediante a análise dos dados levantados em documentos de receitas, despesas e direitos a receber pela Autarquia que são registrados contabilmente no SIAFI e no Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI), e que servirão para comporem o Balanço Patrimonial mensal a ser demonstrado na Prestação de Contas Mensal. Este Macroprocesso, busca dentre outras importantes informações, representar o desenvolvimento das atividades, visando manter a solidez econômico-financeira da Autarquia. Por sua análise, pode-se, também, aferir mensalmente a tendência de dois importantes indicadores: O da Inadimplência e o da Evolução Patrimonial.

Compõem-se este Macroprocesso das seguintes fases:

1ª FASE – LEVANTAMENTO DE DADOS CONTÁBEIS

Esta fase e dividida em 4 subfases:

1ª SUBFASE – CONTROLE DAS RECEITAS

A DFIN e a DCOM levantam, mensalmente, a documentação e contabilizam todas as receitas advindas dos contratos de financiamentos, das aplicações financeiras, dos seguros (sinistros) e do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS).

2ª SUBFASE – CONTROLE DAS DESPESAS

O GADM, a DFIN e a DCOM levantam, mensalmente, a documentação e contabilizam todas as despesas realizadas com a contratação de material de consumo, bens móveis e serviços, dívida com a CEF e pagamentos dos seguros habitacionais e do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS).

3ª SUBFASE – CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA

A DCOM e a AJUR informam ao mutuário sobre a sua situação de inadimplência e sugerem a negociação da dívida. Caso aceita, a DCOM elabora o Contrato de confissão de dívida. No caso de continuidade da inadimplência é separada a documentação e encaminhada a Procuradoria Regional Federal (PRF) para ajuizamento da ação apropriada ao caso em questão.

4ª SUBFASE – CONTROLE DOS BENS IMÓVEIS

Nesta Subfase, três setores são envolvidos: A DT, através da Seção de Patrimônio, faz a fiscalização e avaliação dos imóveis em estoque e emiti o Relatório Mensal de Bens Imóveis. A AJUR gerencia o processo de retomada do imóvel, junto à PRF. A DCOM encaminha à Seção de Patrimônio para avaliação do imóvel retomado. Feita a avaliação o processo retorna à DCOM para que seja providenciada a revenda do imóvel, aos beneficiários da CFIAe.

2ª FASE – REGISTRO CONTÁBIL DOS DADOS

A DFIN faz o registro contábil no SIAFI, das receitas, despesas e dos valores dos bens imobiliários, nas respectivas rubricas constantes do Balanço Patrimonial Mensal (Ativo e Passivo).

3º FASE – MONTAGEM DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

A DFIN solicita à ASCI a abertura dos respectivos processos administrativos, autuando e indexando a documentação pertinente.

4ª FASE – ANÁLISE E CONFERÊNCIA

A DFIN apresenta ao Diretor Executivo os documentos contábeis com os seus respectivos comprovantes, que encaminha para análise e conferência da ASCI, para posterior aprovação do Agente Diretor e Ordenador de Despesa.

5ª FASE – MONTAGEM DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

A DFIN elabora o Balanço Patrimonial do mês com todos os dados já analisados e conferidos, extraídos dos documentos contábeis e do SIAFI.

6ª FASE – PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

É realizada, pelo Diretor Executivo, uma apresentação áudio visual da Prestação de Contas mensal, com a presença de todos os Agentes da Administração.

1.6. Macroprocessos de Apoio

A CFIAe possui 01 (um) Macroprocesso de Apoio a saber:

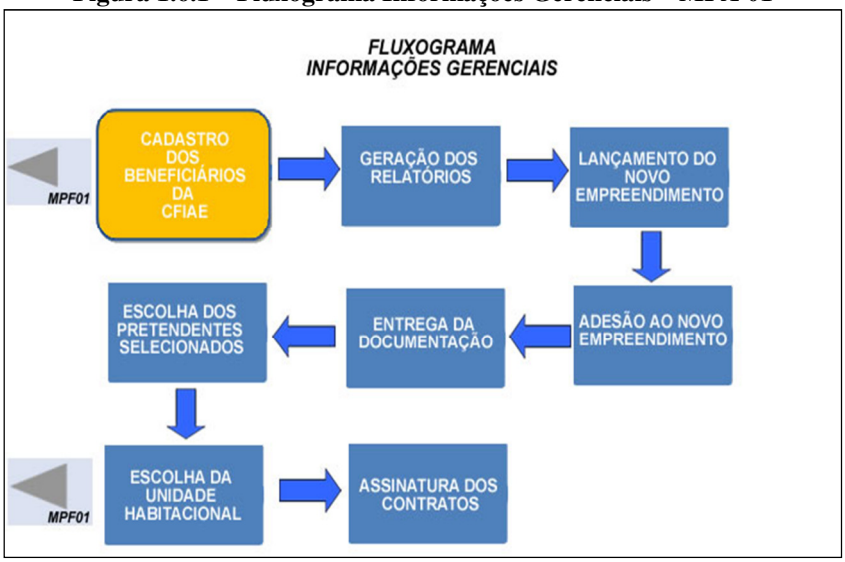
- Sistema de Informações Gerenciais – SIG

Quadro A.1.6 – Macroprocessos de Apoio

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
MPA 01	Sistema de Informações Gerenciais	Cadastro dos Beneficiários	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Assessoria de Tecnologia da Informação e Divulgação

1.6.1 - Macroprocesso – Sistema de Informações Gerenciais – MPA 01

Figura 1.6.1 – Fluxograma Informações Gerenciais – MPA 01



Conforme mostrado no fluxograma, este macroprocesso visa produzir as informações necessárias para viabilizar os Macroprocessos Finalísticos da Autarquia e compreende as seguintes fases:

1ª FASE - CADASTRO DOS BENEFICIÁRIOS DA CFIAE

Os beneficiários da CFIAe cadastram-se no banco de dados, a fim de que sejam analisadas as informações para a realização dos futuros empreendimentos ou definição de produtos CFIAe.

2ª FASE – GERAÇÃO DOS RELATÓRIOS

São gerados relatórios para o estudo da demanda e do tipo de moradia desejada nos futuros empreendimentos.

3ª FASE - LANÇAMENTO DO NOVO EMPREENDIMENTO

É feito o lançamento do novo empreendimento, em reunião de apresentação aos pretendentes.

4ª FASE - ADESÃO AO NOVO EMPREENDIMENTO

Os pretendentes analisam o novo empreendimento apresentado e as condições do financiamento imobiliário, e realizam a sua adesão.

5ª FASE - ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

Os pretendentes, que aderiram ao novo empreendimento, entregam a documentação necessária para análise da renda familiar.

6ª FASE - ESCOLHA DOS PRETENDENTES SELECIONADOS

É emitida a lista dos pretendentes selecionados, baseada na análise da documentação entregue e das condições definidas para a escolha da unidade habitacional.

7ª FASE - ESCOLHA DA UNIDADE HABITACIONAL

Os pretendentes selecionados escolhem as suas respectivas unidades habitacionais.

8ª FASE – ASSINATURA DOS CONTRATOS

Após a escolha das unidades, segue-se a formalização da Assinatura dos Contratos.

1.7. Principais Parceiros

A efetividade da missão desta Autarquia depende da conjugação de esforços institucionais com os seus principais parceiros, que desempenham papel crucial nesse processo. De modo geral, a cooperação técnica tem se mostrado de grande relevância na medida em que propicia o intercâmbio de conhecimentos e de experiências, contribuindo para a capacidade de resposta das entidades envolvidas.

Assim sendo, a CFIAe tem como principais parceiros as seguintes instituições:

a) O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão;
b) A Secretaria do Patrimônio da União;
c) As Superintendências Regionais de Patrimônio da União;
d) A Caixa Econômica Federal; e
e) As Procuradorias Regionais Federais.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIOS E OPERACIONAL

2.1. Planejamento Organizacional

A CFIAe possui um Planejamento Estratégico 2010-2030, cujo propósito é reunir dados necessários ao desenvolvimento das suas atividades, no período de 2010 a 2030, enfocando principalmente as diretrizes estabelecidas no item 5.5 Pessoal, subitem Moradias, do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER 10-31) no que se refere ao aprimoramento do apoio aos militares e civis do Comando da Aeronáutica, com estrita observância à vinculação da Autarquia àquele Comando, especialmente no que concerne ao apoio ao seu efetivo, propiciando alternativas com vistas à aquisição ou melhoria de suas moradias, face ao cenário que se vislumbra de uma continuidade no aumento da demanda por casa própria no efetivo do COMAER, projetado para o período.

2.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Os Objetivos do presente exercício estão estabelecidos no Programa de Trabalho Anual (PTA), de 2015, desta Autarquia, que tem como finalidade definir as tarefas e orientar a execução de metas, priorizadas e quantificadas, levando-se em consideração os recursos creditícios previstos na Proposta Orçamentária para o exercício. Dentre outras atividades, o PTA visa prioritariamente:

1- Estabelecer as necessidades para o desenvolvimento das atividades que compõem a missão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe, considerando os recursos ordinários e extraordinários para a correspondente execução dos trabalhos dentro do exercício supra citado.

2- Configurar as linhas básicas norteadoras das ações da Presidência durante o exercício, de modo a permitir, ao final, a avaliação, a economicidade, a eficácia e a eficiência na aplicação dos recursos disponibilizados, propiciando elementos para a Organização e para a apresentação da Prestação de Contas Anual da CFIAe.

Para isso, a CFIAe tem empregado todos os seus esforços em proveito dos seguintes **objetivos estratégicos,** constantes do seu Planejamento Estratégico:

- Produção de unidades habitacionais para a venda aos seus beneficiários;
- Promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas;
- Promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais; e
- Manutenção da solidez econômico-financeira da Autarquia.

2.1.1.1 Estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos

Como estratégia adotada, a Autarquia cumpre o seu Planejamento Estratégico 2010-2030 e o Programa de Trabalho Anual de 2015, no qual consta todo o planejamento estabelecido para o exercício.

Para atender o seu primeiro objetivo estratégico, a **produção de unidades habitacionais para a venda a seus beneficiários**, conforme previsto em sua lei de criação, a CFIAe atua em sua vertente de forte conteúdo social, inserindo seus projetos, prioritariamente, no "Programa Minha Casa, Minha Vida", do Governo Federal, em perfeita sintonia com as regras estabelecidas para aquele programa e em consonância com as diretrizes do Sistema de Patrimônio da União (SPU), quanto à utilização de terrenos públicos. Para isso, é importante prosseguir na análise e na disponibilidade de áreas jurisdicionadas ao COMAER, onde a demanda por moradia seja significativa e justifique a utilização de terrenos da União para construção de unidades

habitacionais, tornando viável a construção de empreendimentos associativos para os beneficiários da Autarquia.

Também deverão ser buscadas alternativas para o atendimento dos beneficiários que fiquem acima da faixa de renda prevista no Programa Minha Casa, Minha Vida.

No que compete ao segundo objetivo estratégico qual seja, **proporcionar aos seus beneficiários a obtenção de financiamento residencial,** a Autarquia exerce seu papel de Agente Assessor, disponibilizando consultoria financeira em sua página na Internet, ou por meio de atendimento pessoal. Esta assessoria permite aos beneficiários conhecer as condições de financiamento praticadas por instituições financeiras na concessão de Carta de Crédito Habitacional, informando aquelas que praticam as taxas mais favoráveis.

Ainda no papel de Agente Assessor, a CFIAe incentiva, a formação de grupos de beneficiários interessados na construção de empreendimentos imobiliários de iniciativa do próprio grupo com projetos concebidos a partir do interesse e condições do grupo.

Para atender o terceiro objetivo estratégico, também previsto na missão da CFIAe, qual seja, o de **proporcionar aos seus beneficiários recursos para a ampliação ou reforma de suas unidades habitacionais,** foi implementado a partir de 2011, com recursos da própria Autarquia, empréstimos para pequenas reformas, em até 60 meses, com reduzida burocracia, baixa taxa de juros pré-fixada e ressarcimento por meio de consignação em folha. Para tanto, são envidados esforços no sentido de ampliar os meios de divulgação do produto, bem como acompanhar as taxas de juros praticadas no mercado para as devidas adequações.

Visando atender o seu quarto objetivo estratégico de **manter a solidez econômico-financeira** da Autarquia, foi aperfeiçoado o Sistema de Controle do Crédito Imobiliário, com o auxílio da Tecnologia de Informação, demonstrando a importância da utilização do planejamento, como uma ferramenta técnica capaz de auxiliar na análise dos resultados e, ao mesmo tempo, fornecer parâmetros e índices confiáveis para a tomada de decisões. Um acompanhamento e controle bem elaborados fornecem indicadores que permitirão otimizar e racionalizar o uso dos recursos disponíveis, base fundamental para alcançar os resultados pretendidos.

2.1.1.2 Tratamento dos riscos envolvidos nos objetivos estratégicos

No que concerne à avaliação dos riscos em relação **à produção de unidades habitacionais para seus beneficiários**, o produto está bem estruturado. A sua concretização, ou seja, o início das obras, só ocorre após a aprovação do projeto junto aos órgãos públicos competentes, a seleção da construtora, o grupo plenamente constituído, ou seja, 100% da demanda necessária, avaliada e aprovada pelo Agente Financeiro, e competente registro dos contratos de financiamento no Registro Geral de Imóveis.

Vale destacar que a operação é cercada de outros instrumentos que trazem a tranquilidade necessária à Administração, até onde se pode vislumbrar, visto que, superada esta etapa inicial de aprovação de toda a operação técnico/financeira e iniciadas as obras, o Sistema Financeiro da Habitação, em que são calcados os contratos de financiamento, estabelece cobertura para seguros de risco, que abrangem desde a substituição da construtora, caso necessário, por descumprimento do contrato, responsabilidade civil do construtor, bem como danos físicos do imóvel e também cobertura para seguros de risco no caso de morte ou de invalidez permanente do adquirente.

Em relação ao segundo objetivo estratégico de **promover aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas,** para os beneficiários que não são contemplados com os empreendimentos associativos, a CFIAe tem parcerias com Agentes Financeiros, com fins de obter condições mais favoráveis na concessão de crédito para aquisição de moradias, não havendo riscos para esta Autarquia, por se tratar de negociação direta entre o beneficiário e o Agente Financeiro.

No terceiro objetivo estratégico, de **proporcionar aos seus beneficiários recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais**, destaca-se o Empréstimo para Pequenas Reformas. Neste produto, as operações de crédito são conduzidas pela CFIAe com taxas de juros baixas, pré-fixadas, atendendo a norma de Análise de Riscos aprovada pela Presidência da Autarquia. A cobrança se processa mediante desconto em folha (consignação).

O ambiente do público-alvo considerado é o do Comando da Aeronáutica, abrangendo todos beneficiários da CFIAe. Este ambiente é conhecido e de baixo risco, principalmente quanto à estabilidade do emprego, o que garante um elevado grau de segurança para desenvolver o produto.

O desconto em folha, atrelado à devida verificação da margem consignável, minimiza a probabilidade de que o beneficiário adquira o produto sem ter condições de honrar o pagamento, inibindo a inadimplência.

Um aspecto importante na avaliação de risco é o prazo. Cinco anos para saldar o financiamento é considerado um prazo adequado, portanto com menor possibilidade de inadimplência. Na análise dos riscos levou-se em consideração o "spread" inserido no financiamento, verificando-se que o produto é viável e seguro.

Para o quarto objetivo estratégico, **manter a solidez econômico-financeira** da Autarquia, o acompanhamento dos riscos está no controle das receitas e das despesas, bem como na análise do Balanço Patrimonial elaborado a cada mês e que faz parte da Prestação de Contas Mensal. Com relação à carteira de contratos de financiamentos imobiliários, estes possuem seguros que cobrem possíveis riscos de sinistro. Em caso de inadimplência, depois de tomadas todas as medidas administrativas, as providências finais serão através de ações judiciais.

A Tabela constante do item 5.1.3 demonstra, em números, a tendência de solidez da Administração, comparando o resultado dos balanços dos exercícios de 2014 e 2015.

2.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Para o exercício de 2015 as seguintes metas que constam do Programa de Trabalho Anual, referentes aos 04 (quatro) objetivos estratégicos da CFIAe foram previstas:

a) Objetivo 01 - Produção de unidades habitacionais para a venda aos seus beneficiários

Previsto no nº 4, do art. 12 e nº 4 do art. 60 da Portaria nº 1.175/MIN, de 15 de dezembro de 1987, o Plano Habitacional considera prioritariamente, a utilização de terrenos da União para os empreendimentos habitacionais destinados a graduados e servidores, em programas que se enquadram no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, com a CFIAe atuando como Agente Promotor.

Entre outras metas, estão previstas no PTA de 2015 os lançamentos do Residencial Solar do Bosque, no Jardim Sulacap – RJ, do empreendimento Residencial Rio-Mar, em Belém – PA, o empreendimento Moradas do Sol, em Fortaleza – CE e o empreendimento de Canoas - RS, entretanto, conforme justificativa abaixo, estão sendo reprogramados para 2016, em virtude, especialmente, das dificuldades de aprovação dos projetos, junto às Prefeituras, bem como o andamento de processos, junto à Caixa Econômica Federal.

O Residencial Solar do Bosque, no Rio de Janeiro, continua em processo de aprovação de projeto para construção de 180 unidades, na quadra ao lado do atual Residencial Portal do Bosque. Já foi providenciada a seleção da construtora que aguarda a aprovação do projeto, para prosseguimento do processo, visando o início das obras.

Para o empreendimento de Belém-PA, Residencial Rio-Mar, já foi selecionada a construtora. O processo aguarda parecer da Caixa Econômica Federal, quanto ao enquadramento no Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

O empreendimento Moradas do Sol, em Fortaleza – CE se encontra em aprovação na Prefeitura Municipal de Fortaleza-CE.

Quanto ao empreendimento de Canoas-RS, foi concluída a elaboração do anti-projeto arquitetônico.

Quanto à obtenção de terrenos da União, a meta estabelecida é a transferência para a CFIAe de nova área em Santa Maria-DF. Para isso foram intensificadas gestões, junto à Superintendência do Patrimônio da União-DF para conclusão do processo;

Abaixo segue o quadro demonstrativo que constou do Programa de Trabalho Anual para 2015.

Tabela II – Previsões de Lançamentos

LOCAL	***PREV. DE LANÇAMENTO***
RIO-MAR, BELÉM (PA)	***2015***
SOLAR DO BOSQUE, SULACAP (RJ)	***2015***
MORADAS DO SOL, FORTALEZA (CE)	***2015***
CANOAS (RS)	***2016***
SANTA MARIA (DF)	***2017***

b) Objetivo 02 - Promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas.

Tendo como meta aumentar o número de beneficiários interessados na aquisição de unidades habitacionais as seguintes ações, entre outras, foram tomadas:

- realização de palestra nas OM do COMAER, priorizando a EEAR, buscando dar conhecimento das atividades da Autarquia;
- continuidade dos procedimentos de divulgação de concessão de Carta de Crédito individual, junto aos diversos agentes financeiros;
- divulgação dos empreendimentos a serem lançados;
- atualização do cadastro de pretendentes; e
- análise, criteriosa, juntamente com a DT, dos empreendimentos já construídos ou a construir, ofertados por empresas privadas, com projetos e financiamentos aprovados, técnica e financeiramente adequados aos três grupos de beneficiários desta Autarquia – oficiais, graduados e servidores civis, ativos e inativos, e seus pensionistas – no intuito de ampliar as opções para aquisição de casa própria;

c) Objetivo 03 - Promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais.

Para este objetivo as principais ações, entre outras, foram:

- continuidade do processo de divulgação para a concessão de empréstimo imobiliário para pequenas reformas aos beneficiários da CFIAe em imóveis de sua propriedade, atendendo a todos que o solicitarem, de acordo com a documentação exigida e os recursos alocados para este fim; e
- implantação de todos os contratos de empréstimos para pequenas reformas, após aprovação e assinaturas, no Sistema de Controle de Crédito Imobiliário – SCCI;

d) Objetivo 04 - Manutenção da solidez econômico-financeira da Autarquia

Para este objetivo as principais ações, entre outras, foram:

- implementação de gestões para zerar a dívida com a CEF, com os recursos recebidos do FCVS;

- recolhimento mensal, à CEF dos valores do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), referentes aos contratos ativos amparados pelo respectivo Fundo;

- habilitação junto a CEF de todos os contratos de financiamento, quitados e com término de prazo, com o amparo do FCVS;

- implementação de gestões, juntamente com a Assessoria Jurídica da CFIAe, visando recuperar os saldos devedores não reconhecidos pelo FCVS, devido à multiplicidade, buscando condições junto aos mutuários para a descaracterização da mesma;

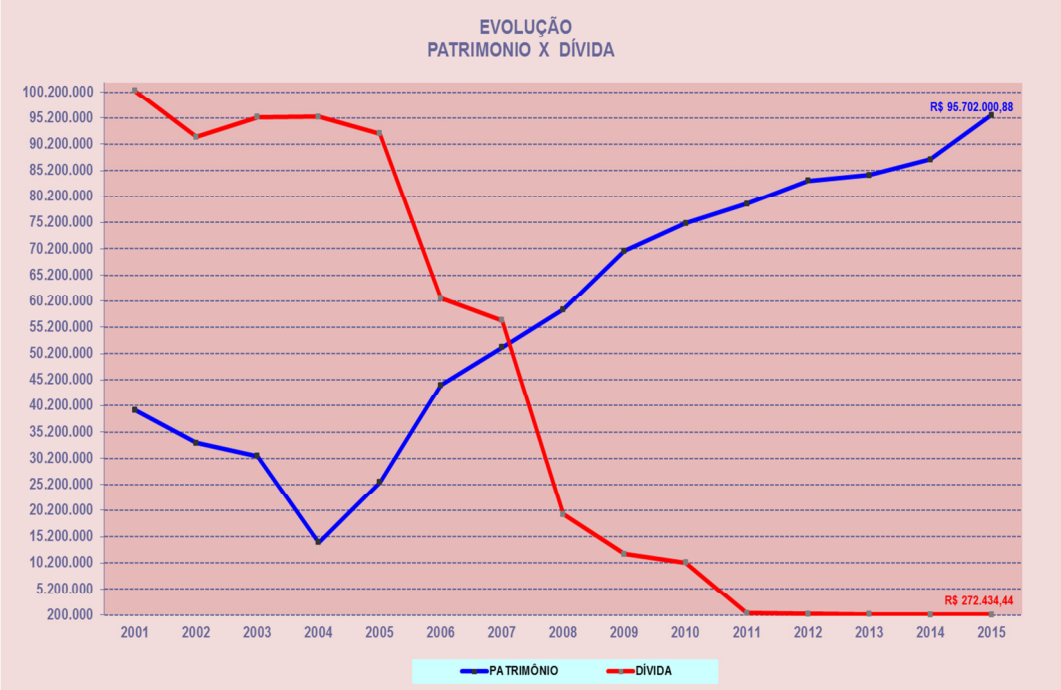
- atualização mensal dos Avisos de Cobrança emitidos e enviados para todos os mutuários inadimplentes; e

- acompanhamento de todas as ações judiciais com a finalidade de agilizar a revenda aos beneficiários da CFIAe, dos imóveis retomados judicialmente.

Em função da análise efetuada com os dados extraídos do Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial de 31/12/2015 relativa à **Situação Econômico-Financeira**, conclui-se que a CFIAe tem dado continuidade a sua política de gestão adotada ao longo dos anos, mantendo uma evolução patrimonial positiva. Para efeito comparativo, em 2014 o Patrimônio Líquido era de R$ 87.330.656,01, enquanto que ao final do exercício de 2015 este parâmetro foi acrescido em 9,58% correspondendo ao valor de R$ 95.702.000,88.

A Tabela do item 5.1.3 retrata o Patrimônio Líquido do presente exercício em relação ao anterior, enquanto que a figura a seguir representa a evolução patrimonial da CFIAe desde 2001, versus sua dívida, o que demonstra a tendência de solidez da Administração, levando a inferir-se que a Autarquia está preparada para continuar cumprindo a sua missão institucional de maneira sustentável.

Figura 2.1.2 – Evolução Patrimonial X Dívida da CFIAe



2.1.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos

O Planejamento Estratégico da CFIAe foi concebido de acordo com sua Lei de criação (Lei n° 6.715, de 12 de novembro de 1979) , sendo esta Autarquia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) de acordo com a Lei n° 4380 de 21/08/64. No PE poderão ser encontrados todos

os projetos e suas fases previstas para aquele período e onde estão definidos os objetivos estratégicos a serem seguidos, visando alcançar as metas estabelecidas nos planos descritos a seguir, que complementam aquele Planejamento.

a) O **Plano Habitacional**, cuja finalidade é o planejamento das metas a serem atingidas pela CFIAe, visando atender o seu principal objetivo estratégico de produção de unidades habitacionais, em um horizonte de 20 anos, e que apresenta um diagnóstico da situação habitacional de seus beneficiários, define as diretrizes, estratégias, linhas de ação e programas, estabelece prioridades, procedimentos e as metas para a aquisição da casa própria.

b) O **Plano de Capacitação de Recursos Humanos**, onde estão estabelecidas as Diretrizes de Recursos Humanos, tem como objetivo qualificar o pessoal para otimizar desempenhos e compromissos, de modo a satisfazer as necessidades internas e externas da Autarquia.

c) O **Plano Econômico-Financeiro** que representa a situação econômico-financeira da CFIAe, dentro de cada exercício, onde a Administração busca parâmetros confiáveis para a tomada de decisão, permitindo otimizar e racionalizar o uso dos recursos disponíveis, visando manter a solidez do patrimônio da CFIAe. Fornece, também, dados aos gestores para a avaliação da eficiência da administração, considerando os fatores internos e externos que podem interferir em sua gestão.

d) O **Plano Diretor de Tecnologia da Informação** tem a finalidade de estabelecer o planejamento para o desenvolvimento das atividades correspondentes e acompanhar a evolução tecnológica da área.

2.1.4. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

A CFIAe usa os seguintes instrumentos:

a) Prestação de Contas mensais apresentada pelo Sr. Diretor Executivo, com a presença de todos ao Agentes da Administração.

b) Reuniões semanais do Conselho de Administração. No mês de julho é feita uma primeira avaliação, quando é discutido no Conselho, se as metas estabelecidas para o exercício estão sendo cumpridas.

c) Auditoria Interna da Autarquia que se inicia no mês de setembro do exercício, conforme o Programa de Auditoria Interna, onde os Agentes da Administração são auditados sobre o andamento e cumprimento das metas previamente estabelecidas no Programa de Trabalho Anual ou, se for o caso, as justificativas no caso do não cumprimento delas. Um Relatório de Auditoria Interna é elaborado com os resultados ao final do exercício.

d) Relatórios de Controles Internos previstos na Instrução do COMAER (ICA 174-1), cuja finalidade é orientar e padronizar a execução dos procedimentos referentes às ações de controle interno nas Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica.

e) Os dados dos Planos constantes do Planejamento Estratégico da Autarquia são submetidos à análise em comparação com os resultados obtidos no exercício, considerando os indicadores de gestão, para que os mesmos possam ser atualizados, aperfeiçoados ou até, se for o caso, reformulados.

f) Outros documentos de Controle.

2.2. Desempenho Orçamentário

2.2.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade

2.2.1.1. Ações da OFSS

Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Identificação da Ação							
Código	0181 Tipo: Operação Especial						
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União Código 0089 Tipo: Operação Especial						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	78.000,00	78.000,00	76.073,92	76.073,92	76.073,92	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica

Identificação da Ação							
Código	00JE Tipo: Operação Especial						
Descrição	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica						
Programa	Financiamento com Retorno Código: 0902 Tipo: Operação Especial						
Unidade Orçamentária	74205						
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.000.008,00	1.000.008,00	703.980,00	703.980,00	703.980,00	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	

00010	Financiamento Imobiliário para o pessoal da Aeronáutica			Servidor Beneficiado	50	-	22
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Análise Situacional: Sobre esta ação vale salientar que é destinada a atender um dos objetivos estratégicos da Autarquia, qual seja promover aos beneficiários da CFIAe recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais, em forma de empréstimos. Foi prevista uma demanda para 50 beneficiários. Entretanto, foram solicitados apenas 28 empréstimos no exercício, tendo sido atendidos 22. Os restantes 06 beneficiários que solicitaram, não foram atendidos em virtude de não possuírem estabilidade, margem consignável e não terem condições de descontar em folha de pagamento. Assim R$ 296.028,00 dos recursos alocados foram recolhidos ao final do exercício.

Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis

Identificação da Ação							
Código	00M1 Tipo: Operação Especial						
Descrição	Benefícios Assistenciais decorrentes de Auxílio-Funeral e Natalidade						
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Operação Especial						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	21.204,00	21.204,00	-	-	-	-	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna

Identificação da Ação	
Código	0283 Tipo: Operação Especial
Descrição	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna

Programa	Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) Código:0905 Tipo: Operação Especial
Unidade Orçamentária	52211
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Análise Situacional: Não houve despesa nesta ação em virtude de não ter havido, no período, quitação ou amortização na carteira de financiamentos concedidos para imóveis. Portanto, não houve o consequente recolhimento do valor da quitação/amortização à Caixa Econômica Federal.

Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Contribuições da União para o Custeio do Regime de Previdência Servidores Públicos Federais

Identificação da Ação	
Código	09HB Tipo: Operação Especial
Descrição	Contribuições da União para o Custeio do Regime de Prev. Servidores Públicos Federais
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código:2108 Tipo: Operação Especial
Unidade Orçamentária	52211
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	13.000,00	13.500,00	12.344,67	12.344,67	12.344,67	-	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Administração da Unidade

Identificação da Ação	
Código	2000 Tipo: Atividade
Descrição	Administração da Unidade
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	52211
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	5.474.440,00	5.474.440,00	1.079.483,53	882.705,94	882.705,94	-	196.777,59

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001	489.642,40	301.365,73	188.276,67			

Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação	
Código	2011 Tipo: Atividade
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	52211
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

0033	8.400,00	10.435,00	10.432,08	10.432,08	10.432,08	-	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação	
Código	2012 Tipo: Atividade
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	52211
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	48.000,00	48.000,00	46.777,65	46.777,65	46.777,65		

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Quadro A.2.2.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Pagamento do Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação	
Código	20TP Tipo: Atividade
Descrição	Pagamento do Pessoal Ativo da União
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	52211
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.122.454,00	1.272.454,00	1.150.096,07	1.150.096,07	1.149.620,52	475,55	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Análise Situacional:

Se considerarmos que as principais metas financeiras da Autarquia, propostas para o exercício, foram atendidas, podemos concluir que a CFIAe cumpriu o planejado com os recursos recebidos para atender as suas diversas ações. Apesar do contingenciamento nas despesas de custeio e na de investimento, provocando o não cumprimento de uma ou outra meta, em sua totalidade, a Autarquia conseguiu cumprir com pelo menos 80% do seu planejamento inicial. Quanto às despesas de Restos a Pagar (Ação – Código 2000), em sua maior parte, decorreram de pregões eletrônicos para aquisição de material e serviço, realizados no final do ano. Assim, muitas despesas não foram pagas a tempo, em virtude de alguns fornecedores não efetuarem a entrega do produto ou serviço, até o fechamento do exercício.

2.2.1.2. Ações não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Não há informações para este subitem.

2.2.1.3. Ações - Orçamento de Investimentos - OI

Não se aplica.

2.2.2. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Durante o exercício houve um contingenciamento de aproximadamente 14% nos créditos destinados ao custeio da vida vegetativa da Organização e aproximadamente 52% nos créditos para investimento o que afetou o cumprimento de algumas metas, mas sem que o planejamento previsto no Programa de Trabalho Anual fosse afetado substancialmente. As metas não prioritárias foram redimensionadas e outras foram transferidas para o exercício de 2016. Os cortes havidos nos créditos de diárias e passagens não chegaram a comprometer os projetos de empreendimentos

residenciais, em virtude de fatores alheios a esta Autarquia, como, por exemplo, a demora na aprovação de projetos pelas respectivas Prefeituras de Municípios, onde estão planejados empreendimentos, tendo neste caso, retardado o inicio da construção dos projetos, que foram transferidos para o exercício de 2016.

2.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Não se aplica.

2.3.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal para análise das prestações de contas

Não se aplica.

2.4. Informações sobre a Execução das Despesas

2.4.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.4.1 – Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	**Código UO: 52211**		**UGO: 123001**	
Modalidade de Contratação	**Despesa Liquidada**		**Despesa paga**	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**524.545,93**	**661.011,27**	**524.545,93**	**661.011,27**
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	524.545,93	661.011,27	524.545,93	661.011,27
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	**172.054,56**	**236.885,24**	**172.054,56**	**236.885,24**
h) Dispensa	68.159,01	119.111,24	68.159,01	119.111,24
i) Inexigibilidade	103.895,55	117.774,00	103.895,55	117.774,00
3. Regime de Execução Especial	**1.800,00**	**9.950,00**	**1800,00**	**9.950,00**
j) Suprimento de Fundos	1.800,00	9.950,00	1800,00	9.950,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**1.315.946,48**	**1.248.655,98**	**1.315.470,93**	**1.248.655,98**
k) Pagamento em Folha	1.300.581,18	1.222.116,38	1.300.105,63	1.222.116,38
l) Diárias	15.365,30	26.539,60	15.365,30	26.539,60
5. Outros	**868.538,91**	**865.774,86**	**868.538,91**	**865.774,86**
6. Total (1+2+3+4+5)	**2.882.885,88**	**3.022.277,35**	**2.882.410,33**	**3.022.277,35**

Fonte: SIAFI 2014 e SIAFI 2015

2.4.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Conforme quadro constante do item 8.3 do presente Relatório.

2.4.3. Despesas com Publicidade

Quadro A.2.3.2.1 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	2108/2000	33.750,00	7.646,35
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: SIAFI 2015

2.4.3. Análise Crítica da Realização da Despesa:

Dentro das Modalidades de Contratação, o Pregão Eletrônico representou o maior valor da execução orçamentária, no exercício em questão, o que evidencia o comprometimento da Autarquia em tornar mais competitivo e transparente o processo licitatório. Em relação às despesas realizadas por grupo e natureza de despesa, a execução orçamentária esteve dentro do plano de metas constante do Programa de Trabalho Anual da Autarquia. Todas as despesas foram realizadas conforme previsto no planejamento financeiro da Autarquia, de acordo com os processos licitatórios listados no Quadro A.2.4.1.

2.5. Suprimento de Fundos

2.5.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro A.2.5.1 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	123001	CFIAe	01	R$ 2.000,00	0,00	0,00	R$ 2.000,00
2014	123001	CFIAe	05	R$ 10.000,00	0,00	0,00	R$ 2.000,00

Fonte: SIAFI 2014 e 2015

2.5.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro A.2.5.2 – Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	123001	CFIAe	01	R$ 1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	123001	CFIAe	05	R$ 9.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2014 e 2015

2.5.3 Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos no exercício de referência

Quadro A.2.5.3 – Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
123001	CFIAe	33390.39	66	R$ 1.800,00
			TOTAL:	R$ 1.800,00

Fonte: SIAFI 2015

2.5.4 Análise Crítica

Apesar da CFIAe ter autorização para a concessão do Suprimento de Fundo tipo CPGF, não foi necessário a utilização desta modalidade no exercício. A utilização da Conta de Suprimento de Fundos tipo "B" ocorreu de forma excepcional, amparada pelo Aviso Interno nº 8/GC6/12, de 29 Jul 2008, do Comandante da Aeronáutica, com a finalidade de atender principalmente despesas cartoriais de pequeno vulto, que só podem ser pagas em espécie. Esse Aviso foi revogado pela Portaria nº 310/GC3 de 17/03/15. A partir deste documento a Autarquia deixou de conceder Suprimento de Fundos da conta tipo"B"..

2.6. Desempenho Operacional

2.6.1. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Quadro A.2.6.1 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - IPL	+ 3,54%	Aumento PL	+ 9,58%	Anual	IPL = (PL exerc. corrente) – 1X100 (PL exerc anterior)
INADIMPLÊNCIA - IIN	- 3,73%	Diminuir Inadimp.	- 5,05%	Anual	IIN = (Inad. exerc. corrente) – 1X100 (Inad. exerc anterior)
EMPRÉSTIMOS PARA PEQUENAS REFORMAS - IEMP	96,15%	100%	78,57%	Anual	IEMP = Emprest. Atend..no exercício Emprest. Solic.. no exercício
PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - IPUH	50,25%	Solar do Bosque 100%	60,09%	Anual	IPUH = (% acum exec. no exercício) (% acum prev. no exercício)
		Moradas do Sol 100%	45,77%		
		Rio Mar 100%	49,75%		
	19,00%	Canoas 100%	100,00%		

Obs.: As porcentagens descritas no índice observado dos empreendimentos são referentes ao andamento do empreendimento sobre o índice previsto, conforme cálculo nos quadros abaixo.

Quadro A.2.6.1 – Indicadores Financeiro – Patrimônio Líquido

Indicador Financeiro – Patrimônio Líquido	
Objetivo da Mensuração	Verificar a evolução anual do Patrimônio Líquido (PL) da Autarquia.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IPL=(PL 2015)–1X100= (95.702.000,88) = 1,0958-1=0,0958 = +9,58% (PL 2014) (87.330.656,01)
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Executiva.
Meta para o ano	Aumentar o Patrimônio Líquido.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2015.

Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida uma vez que o Patrimônio Líquido aumentou 9,58% em relação ao exercício anterior.

Quadro A.2.6.1 – Indicadores Financeiro – Inadimplência

Indicador Financeiro – Inadimplência	
Objetivo da Mensuração	Avaliar o comportamento da inadimplência dos contratos de financiamento.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IIN=(Inad. 2015)-1X100=(6.806.268,03)=0,9495-1= -0,0505= - 5,05% (Inad. 2014) (7.168.268,03)
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – DCOM - Diretoria Executiva.
Meta para o ano	Reduzir a Inadimplência.
Data da Última Medição	31 de dezembro de 2015.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida uma vez que a inadimplência foi reduzida em 5,05% em relação ao exercício anterior. Do montante de R$ 6.808.268,03 estão ajuizados R$ 5.365.135,94.

Quadro A.2.6.1 – Indicadores Financeiro – Empréstimos para Pequenas Reformas em sua Propriedade

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados relativos aos empréstimos para pequenas reformas aos beneficiários da CFIAe.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IEMP=(Empt. atend. 2015) X100=(22) X 100 = 0,7857x100 = 78,57 % (Empt. solic. 2015) (28)
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Executiva.
Meta para o ano	Atender 100% dos beneficiários que solicitarem empréstimos para pequenas reformas em sua propriedade
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2015.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida parcialmente, visto que, 06 (seis) solicitações não foram atendidas, devido a restrições dos próprios beneficiários, como não possuírem estabilidade, margem consignável e não terem condições de descontar em folha de pagamento.

Quadro A.2.6.1 – Empreendimento Residencial Solar do Bosque – 180 unidades habitacionais – Sulacap – RJ

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados (50,25% para o exercício) no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IPUH = % acum executado 2015 = 30,20 = 0,6009 x100 = 60,09% % acum previsto 2015 50,25
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Atender ao planejado no Fluxograma para o exercício – Executar 5% da obra física do Empreendimento, correspondente a 50,25% do Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2015.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi parcialmente cumprida. Algumas etapas, independem da CFIAe, pois dependem de atuação de outros órgãos. Foi executado 30,20% o que corresponde a 60,09% do total previsto para o exercício.

Quadro A.2.6.1 – Empreendimento Residencial Moradas do Sol – 120 unidades habitacionais – Fortaleza – CE

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados (50,25% para o exercício) no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IPUH = % acum executado 2015 / % acum previsto 2015 = 23,00 / 50,25 = 0,4577 x100 = 45,77%
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Atender ao planejado no Fluxograma para o exercício – Executar 5% da obra física do Empreendimento, correspondente a 50,25% do Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Data e Valor da Última Medição	31de dezembro de 2015.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi parcialmente cumprida. Algumas etapas, independem da CFIAe, pois dependem de atuação de outros órgãos. Foi executado 23% o que corresponde a 45,77% do total previsto para o exercício.

Quadro A.2.6.1 - Empreendimento Residencial Rio Mar – 245 unidades habitacionais – Belém – PA

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados (50,25% para o exercício) no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IPUH = % acum executado 2015 / % acum previsto 2015 = 25,00 / 50,25 = 0,4975 x100 = 49,75%
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Atender ao planejado no Fluxograma para o exercício – Executar 5% da obra física do Empreendimento, correspondente a 50,25% do Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2015.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi parcialmente cumprida. Algumas etapas, independem da CFIAe, pois dependem de atuação de outros órgãos. Foi executado 25% o que corresponde a 49,75% do total previsto para o exercício.

Quadro A.2.6.1 Empreendimento Residencial Canoas – 160 unidades habitacionais – Canoas – RS

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados (19,00% para o exercício) no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IPUH = % acum executado 2015 / % acum previsto 2015 = 19,00 / 19,00 = 1 x100 = 100%
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Atender ao planejado no Fluxograma para o exercício – Executar o projeto do Empreendimento, correspondente a 19,00% do Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2015.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida.

3 GOVERNANÇA

3.1. Descrição das Estruturas de Governança

O sistema de governança de uma organização reflete a maneira como diversos atores organizam-se, interagem e procedem para obter boa governança. Dentro do Organograma da CFIAe, estão inseridos os órgãos de autocontrole da Autarquia, que atuam no direcionamento e no monitoramento da Organização. São eles:

A Presidência, a Diretoria Executiva, a Diretoria Técnica, a Auditoria Interna, a Assessoria de Controle Interno, a Chefia do Gabinete Administrativo a Assessoria Jurídica, que compõem o Conselho de Administração da Autarquia.

Além da instância interna, a CFIAe é submetida à fiscalização do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), em cujo Plano de Trabalho Anual constam planejadas, auditorias anuais a esta Autarquia. A CFIAe também, contrata empresa especializada (auditoria independente) para auditar os processos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), de acordo com a legislação.

Além da Auditoria anual executada pelo CENCIAR, também é realizada, pelo Auditor da Autarquia, pelo menos uma Auditoria Interna durante o exercício, conforme previsto no Programa Anual de Auditoria Interna.

3.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados

A CFIAe possui um Conselho de Administração que tem como principal atribuição assessorar a Presidência na tomada de decisão para alcançar os objetivos da CFIAe. É formado pelo Presidente, o Chefe do Gabinete Administrativo, o Diretor Executivo, o Diretor Técnico, o Auditor Interno, o Assessor de Controle Interno, o Assessor Jurídico, o Assessor da Tecnologia da Informação e Divulgação e os Chefes das Divisões.

O Presidente tem como principal atribuição orientar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades necessárias ao cumprimento da missão atribuída à CFIAe.

O Diretor Executivo tem como principal atribuição a administração financeira e comercial da CFIAe.

O Diretor Técnico tem como principal atribuição planejar, executar e controlar as atividades técnicas de Engenharia e de Arquitetura, de acordo com os programas atribuídos à CFIAe.

O Chefe do Gabinete Administrativo tem como principal atribuição prestar o apoio administrativo aos órgãos integrantes da CFIAe no que diz respeito à gestão dos recursos humanos e materiais e gerenciar a execução orçamentária referente aos créditos alocados à Autarquia.

O Auditor Interno tem como principal atribuição assessorar a Presidência no cumprimento da legislação e das normas que regem a Administração Pública e a política habitacional da CFIAe, no sentido de comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a correção contábil e a veracidade dos controles existentes, objetivando maior eficiência no controle interno e nos serviços da Autarquia.

O Assessor de Controle Interno tem como principal atribuição assessorar a Presidência, e as Diretorias Executiva e Técnica e o Gabinete Administrativo, no cumprimento da legislação e das normas que regem o serviço administrativo da CFIAe, bem como orientar todos os Agentes da Administração, objetivando maior eficiência no controle interno e serviços da Autarquia.

O Assessor Jurídico tem como principal atribuição assessorar a Presidência em todos os assuntos de natureza jurídica que envolvam a CFIAe.

O Assessor de Tecnologia da Informação e Divulgação tem como principal atribuição gerenciar as atividades de informática no âmbito da CFIAe.

O processo de escolha dos dirigentes da CFIAe (Presidente, Diretor Executivo e Diretor Técnico) é por meio de nomeação do Presidente da República, após indicação do Comandante da Aeronáutica, em virtude da plena vinculação desta Autarquia ao Ministério da Defesa. Estes

profissionais são Oficiais do Corpo de Oficiais da Aeronáutica com curso de Política e Estratégia Aeroespacial, com conhecimento do perfil psicossocial da tropa e dos demais beneficiários da CFIAe, e do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica, (PEMAER 10-31) cujo documento, constitui um conjunto de objetivos, medidas e projetos estratégicos, com a finalidade de conduzir o Comando da Aeronáutica, da situação atual para a situação desejada, em um horizonte temporal definido e onde se projeta a necessidade de aumento do efetivo, não só em relação ao número de tripulantes e mantenedores, como também no que tange às inúmeras atividades complementares para o cumprimento das missões atribuídas ao Comando da Aeronáutica, como aquelas afetas ao apoio ao homem, especialmente no que concerne a questão da moradia, visando apoiar seus militares e civis, propiciando alternativas com vistas à aquisição ou melhoria de suas unidades habitacionais, face ao cenário que se vislumbra de uma continuidade no aumento da demanda por imóveis residenciais no efetivo da FAB.

3.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Como mostra o Organograma da Autarquia no item 1.4, a Auditoria Interna (AUDI) está diretamente ligada ao Presidente, tendo, entre outras atribuições a de assessorar a Presidência no cumprimento da legislação e das normas que regem a Administração Pública e a política habitacional da CFIAe, no sentido de comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a correção contábil e a veracidade dos controles existentes, objetivando maior eficiência no controle interno e nos serviços da Autarquia.

Entre os trabalhos que foram executados no exercício está a auditoria interna realizada no período de 22/09 a 01/10/2015, conforme o Programa Anual de Auditoria Interna, em consonância com as disposições da ICA 174-1/2007 e da forma como preconiza a legislação e as Normas de Serviços internas sobre Fiscalização de Contratos Administrativos, Conformidade de Registro de Gestão, Procedimentos para Concessão, Aplicação e Comprovação de Suprimentos de Fundos, Regularização dos Encargos dos Bens Patrimoniais Imóveis, Gestão do Plano de Metas, Rotinas de Auditoria Interna, Aplicações Financeiras no âmbito da CFIAe, além dos controles através de formulários mensais, como relatórios de consumos, inventários, etc.

A Auditoria Interna é executada em todos os setores da Autarquia – Secretaria da Presidência, Gabinete Administrativo, Diretoria Técnica, Diretoria Executiva, Assessoria de Controle Interno, Assessoria Jurídica, Assessoria de Tecnologia da Informação e Divulgação - que culminou com a elaboração do Relatório de Auditoria Interna de 2015. O processo de Auditagem teve como objetivos:

a) Avaliar o ambiente organizacional e a regularidade, a eficiência e a eficácia das atividades administrativas e procedimentos de trabalho adotados no âmbito da Autarquia;

b) Verificar o cumprimento das recomendações e determinações exaradas em inspeções realizadas tanto pela Auditoria Interna como pelo CENCIAR, no exercício anterior; e

c) Promover avaliação de risco das ações tomadas pelos diversos setores em relação aos objetivos estratégicos da Autarquia e elaborar indicadores com vistas à promoção de medidas de prevenção de eventos desfavoráveis, objetivando o aperfeiçoamento dos procedimentos.

Todas as recomendações feitas aos setores, durante a Auditoria Interna realizada foram verificadas nos prazos estabelecidos, conforme consta no Relatório de Auditoria Interna, o qual é aprovado pelo Senhor Presidente.

O Relatório também serve para que o Presidente, quando necessário, mude procedimentos, com a emissão de novas diretrizes, visando o cumprimento da missão da Autarquia. São também realizadas reuniões periódicas com o efetivo, visando elucidar as dúvidas sobre novos procedimentos.

O Auditor Interno, como membro do Conselho de Administração participa, pelo menos, duas vezes na semana, da reunião com o Presidente, o Chefe do Gabinete Administrativo, o Diretor Executivo, o Diretor Técnico, o Assessor de Controle Interno, Assessor Jurídico, o Assessor da

Tecnologia da Informação e Divulgação onde são discutidos assuntos de interesse de toda a Administração, incluindo a prevenção dos riscos que poderão afetar os projetos, em casos de atividades que independam da atuação direta da CFIAe.

3.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

3.4.1. Sistemas de Correição

3.4.1.1. Pessoal Civil

Em cumprimento a Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007, o Comando-Geral do Pessoal é a Organização responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O EMAER fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

3.4.1.2. Pessoal Militar

A correição do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 782/GC3, de 10 de Novembro de 2010, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundamentada na Constituição Federal de 1988, no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente, a correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei no 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993. O EMAER fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

3.5. Gestão de Riscos e Controles Internos

A Administração da Autarquia entende que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos da Organização e são o principal suporte para o seu funcionamento. Para tanto, existem políticas e ações, de natureza preventiva, para diminuir os riscos e garantir, com razoável segurança, como a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência, a conformidade (*compliance*) às leis e aos regulamentos que a regem; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

No Organograma da CFIAe existe a Assessoria de Controle Interno na Autarquia (ASCI), que assessora a Presidência, atuando diretamente nos Processos Administrativos de Gestão, Programa de Trabalho Anual, Relatório de Gestão, Prestação de Contas Mensais, Processos Licitatórios, Controles Financeiros, Balanços Patrimoniais, Controle dos Bens Móveis e Imóveis. Tem assessorado os Diretores Executivo e Técnico na consecução dos objetivos estratégicos da Autarquia, no que tange à Produção de Unidades Habitacionais, Empréstimos para Pequenas Reformas, acompanhamento da Carteira de Financiamento de Contratos Imobiliários, das receitas e das despesas e o controle da inadimplência .

Dessa forma pode-se inferir que:

- Os mecanismos gerais de controle instituídos pela CFIAe são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis de sua estrutura;

- A comunicação dentro da Autarquia é adequada e existe código formalizado de ética ou de conduta;

- Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e constam dos documentos formais;

- As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades;

- Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela Autarquia.

Para cada objetivo estratégico da CFIAe, conforme norma emitida pela Presidência e como consta do item 2.1.1.2 do presente relatório, existe uma avaliação de risco executada de forma contínua, de modo a identificar mudanças do seu perfil ocasionados por transformações nos ambientes interno e externo mas com a consequente adoção de medidas para mitigá-los. Tais riscos quando identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.

Não se tem indícios de ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade, mas em caso de ocorrência de desvios, a Administração possui instrumentos para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Para tanto existe normas e regulamentos que tratam das atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da Autarquia.

4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1. Canais de Acesso do Cidadão

A CFIAe mantém os seguintes canais de acesso para atender demandas de seus beneficiários e de todos os cidadãos interessados:

a) Site da Organização, www.cfiae.aer.mil.br;
   O site da CFIAe recebeu durante o exercício de 2015, 22 reclamações/sugestões.
b) Ouvidoria, que se encontra localizada no 11º andar, na sede da Organização;
   A Ouvidoria recebeu durante o exercício de 2015, 22 reclamações, via telefone ou e-mail próprio do setor, que foram encaminhadas aos setores competentes que providenciaram o atendimento e informaram aos reclamantes, sobre o que foi requerido.
c) Carta de Serviços ao Cidadão.

4.2. Cartas de Serviços ao Cidadão

A CFIAe tem publicada em seu site www.cfiae.aer.mil.br a Carta de Serviços ao Cidadão, prevista no Decreto nº 6.932/2009, cujo objetivo é orientar e informar a sociedade sobre a missão, os produtos e serviços prestados pela Autarquia e as formas de acessá-los. Nela, também, são divulgados os Canais de Comunicação, que visam estimular a participação, através de sugestões e críticas, as quais contribuem para elevar os padrões de atendimento e aperfeiçoar os serviços da Instituição.

4.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos - Usuários

Existe um Indicador de Qualidade para verificar o nível de satisfação dos beneficiários em relação ao produto (empreendimento habitacional) promovido pela CFIAe após a entrega ao adquirente da sua unidade residencial. No presente exercício não houve possibilidade de medição em virtude de não ter sido entregue nenhum empreendimento. No último indicador, constante do Relatório de Gestão de 2013, o Índice de Satisfação alcançou o percentual de 86,7%.

4.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

No site da Autarquia, www.cfiae.aer.mil.br, constam todas as informações sobre a sua missão, organização e os produtos e serviços prestados a seus beneficiários. No site http://www2.fab.mil.br/cenciar/index.php/auditorias poderão ser encontradas informações do Relatório de Gestão da CFIAe e Acórdãos relacionados.

Conforme item 4.1, a CFIAe também dispõe de uma Ouvidoria localizada na Secretaria da Presidência e uma Unidade de Atendimento ao Público com a finalidade de receber as manifestações dos beneficiários, servidores, cidadãos, prestadores de serviço e instituições quanto aos serviços e atendimentos prestados pela Autarquia e outros assuntos relacionados à Instituição disponíveis a quaisquer interessados em apresentar pedido de acesso a informações sobre a Organização, por qualquer meio legítimo.

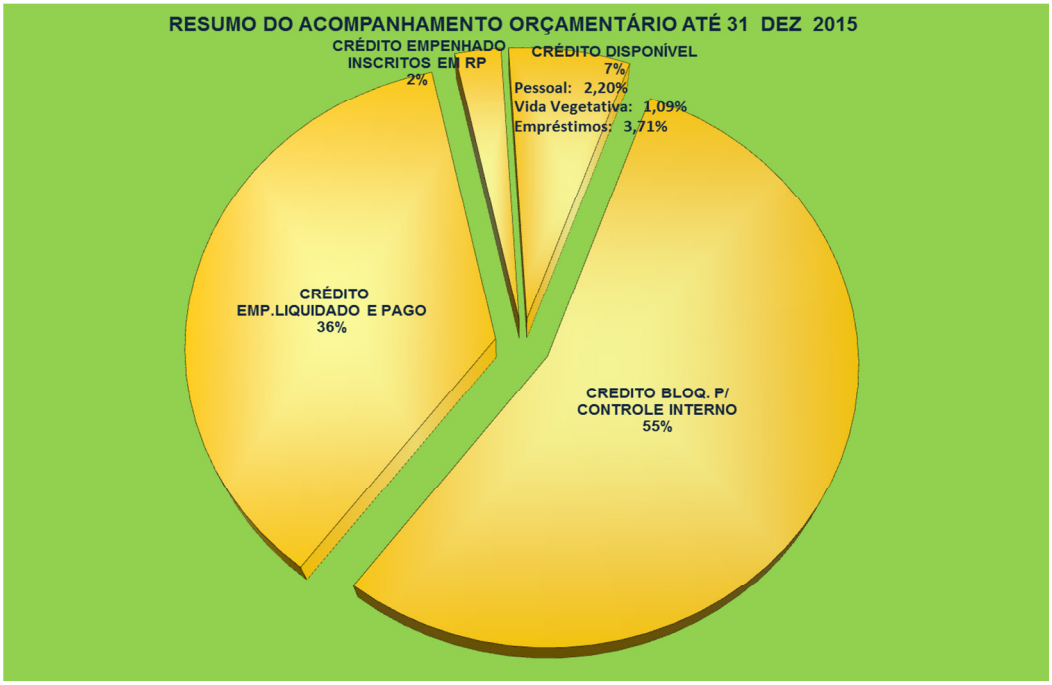
O trâmite das demandas apresentadas, desde o seu cadastramento inicial, até a resposta encaminhada ao cidadão, é gerenciado pela Chefia do Gabinete Administrativo da Autarquia. A solicitação de informação é feita por meio de formulário onde contém o destinatário, a identificação do requerente e a descrição da informação solicitada. Estas são analisadas quanto a eventuais restrições de acesso às informações sigilosas ou de caráter pessoal. O acesso às informações classificadas como sigilosas ficam restritas às pessoas que tenham necessidade de conhecê-las e que sejam devidamente credenciadas na forma da legislação, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

Existem documentos internos em forma de Normas de Serviço, mas de conteúdo ostensivo a qualquer cidadão, que normatizam os procedimentos da Autarquia. São eles: A NS nº 021/DE/2008 - Atendimento ao Beneficiário – que tem por finalidade disciplinar os procedimentos visando dar atendimento ágil, seguro e eficaz aos beneficiários da Autarquia, a NS nº 039/GADM/2012 – Sistema de Informação ao Cidadão – que estabelece os procedimentos para receber, analisar e responder às solicitações de informações conforme previstas na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto Nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que asseguram o direito fundamental de acesso à informação e a NS nº 010/PRES/2015, cuja finalidade é normatizar as atividades da Ouvidoria da CFIAe.

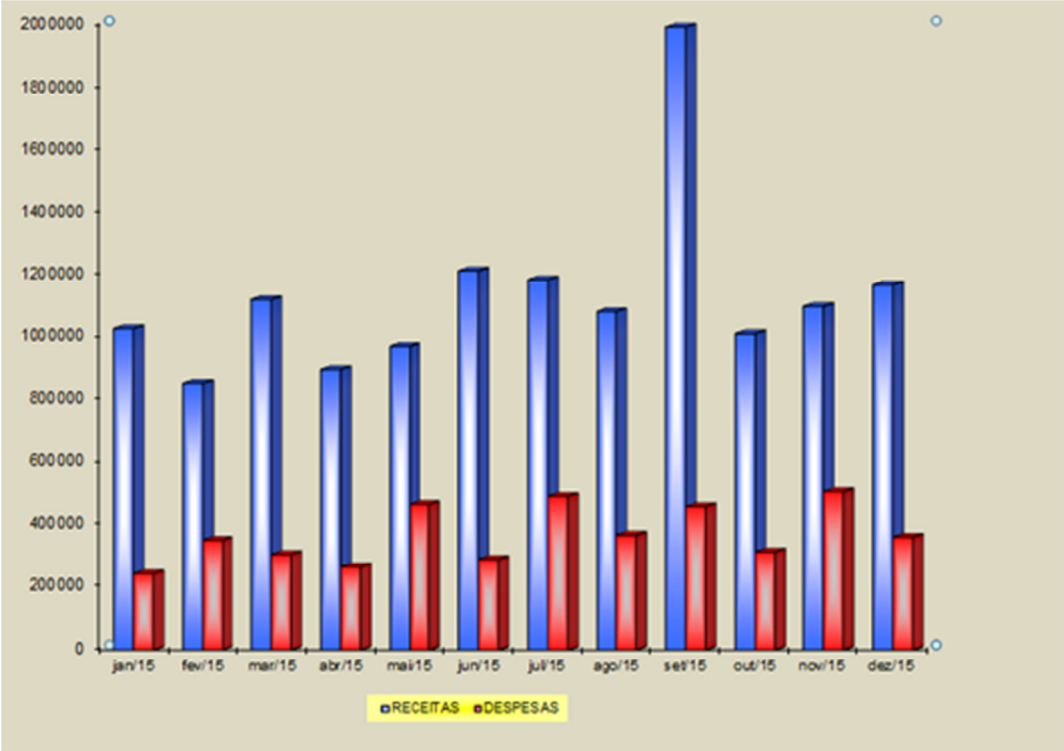
5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1. Desempenho Financeiro no Exercício

5.1.1 Acompanhamento orçamentário durante o exercício.



5.1.2 Acompanhamento de Receitas e Despesas da CFIAe durante o exercício.



5.1.3 Análise Crítica:

Em termos gerais as dotações orçamentárias aprovadas na LOA 2015 foram suficientes para atender às necessidades da CFIAe ao longo do exercício, apesar de ter havido um contingenciamento de aproximadamente 14% nos créditos destinados ao custeio da vida vegetativa da Organização e aproximadamente 52% nos créditos para investimento o que afetou o cumprimento de algumas metas, mas sem que o planejamento previsto no Programa de Trabalho Anual fosse afetado substancialmente. Mas, em função das ações tomadas, houve uma evolução positiva de 9,58% (R$ 87.330.656,01 em 2014 para R$ 95.702.000,88 em 2015) do Patrimônio Líquido no exercício, conforme demonstrada na tabela a seguir.

Tabela III - Situação Econômico-Financeira

RESULTADOS DOS BALANÇOS	31/12/2014	31/12/2015
SUPERAVIT FINANCEIRO	55.889.364,76	65.147.883,88
RESULTADO POSITIVO	31.441.291,25	30.554.117,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO SUPERAVITÁRIO	87.330.656,01	95.702.000,88

5.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

O Mapa Patrimonial da CFIAe consta do anexo, no item 8.2. Para elaboração deste Mapa foram aplicados os dispositivos contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10, observando-se ainda as instruções constante do item 7.4.13 e 7.4.14, do Módulo 7 – Execução Patrimonial do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER (MCA 172-3).

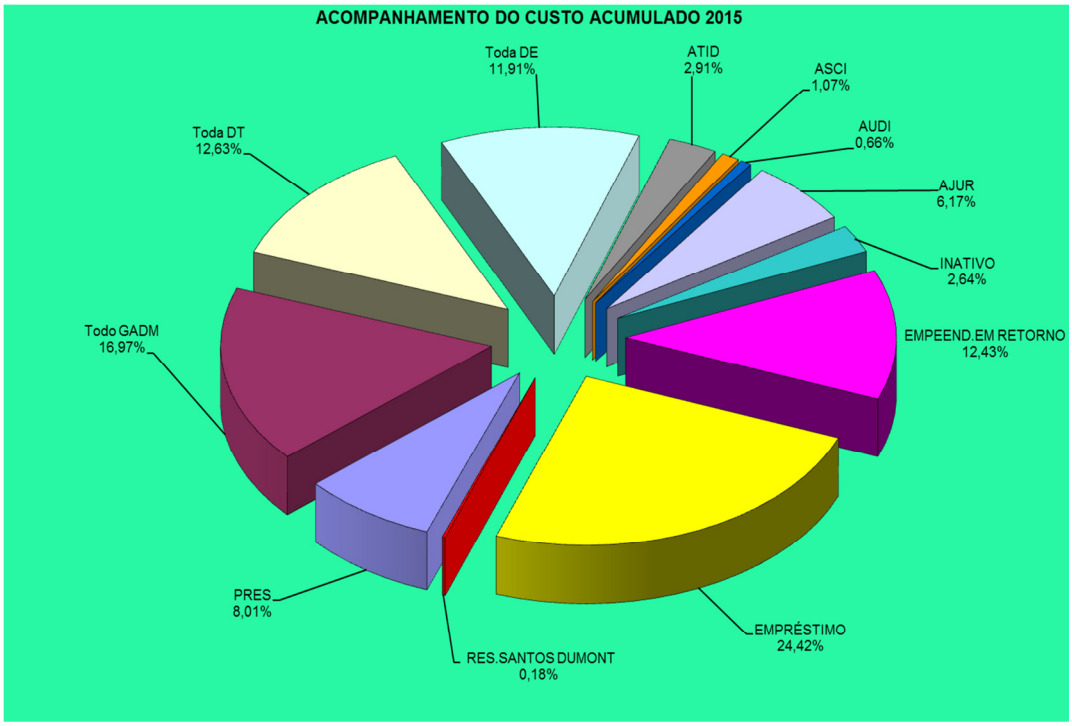
5.3. Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da CFIAe

A CFIAe não utiliza o SIC (Sistema de Informações de Custos do Governo Federal), mas apresenta a apuração dos custos com informações geradas no SIAFI, detalhando por Setor os gastos a cada período (mês a mês) e que são apresentadas nas Prestações de Contas Mensais da Autarquia. No exercício de 2015 a apuração dos custos apresentou os dados demonstrados graficamente conforme abaixo:

Quadro 5.3 – Apuração de Custos em 2015 - Geral

DESPESAS	TOTAL GERAL (R$)
PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS	1.300.105,63
PAGAMENTO DE ESTAGIÁRIOS	72.785,55
DIÁRIAS	15.365,30
PASSAGENS	25.455,19
MATERIAL DE CONSUMO	69.037,12
SERVIÇOS DE MANUTENÇÂO E LIMPEZA	92.370,50
SERVIÇOS DE TELEFONIA	41.156,46
SEGUROS E FCVS	148.109,89
OUTROS SERVIÇOS	323.766,86
EMPRÉSTIMOS	703.980,00
MATERIAL PERMANENTE	90.277,83
S O M A	**2.882.410,33**

Figura 5.3 – Apuração de Custos em 2015 por setor da Autarquia



5.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis e notas explicativas estão registradas no SIAFI e constam do Anexo 8.4 do presente Relatório.

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão de Pessoas

6.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

6.1.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da CFIAe

Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da CFIAe

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	**01**	**29**	**01**	**03**
1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	00	14	01	02
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2)	01	15	00	01
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	01	01	00	00
1.2.2. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	14	00	01
2. Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	**00**	**37**	**06**	**00**
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3)	00	37	06	00
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório	00	02	00	00
2.1.2 Oficiais Temporários	00	08	04	00
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	00	27	02	00
3. Servidores em cargo DAS (3.1+3.2+3.3)	**11**	**11**	**01**	**01**
3.1 Servidores Civis sem vínculo	03	03	00	00
3.2 Servidores Civis com vínculo requisitados	01	01	00	01
3.3 Militares da Reserva Remunerada/Aposentados	07	07	01	00
4. Total de Servidores (1+2+3)	**12**	**77**	**08**	**04**

Fonte: Seção de Recursos Humanos

6.1.1.2. Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro A.6.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	**14**	**19**
1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	09	08
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2)	05	11
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	00	01
1.2.2. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	05	10
2. Militares com Contratos Temporários (2.1. + 2.2 + 2.3)	**24**	**10**
2.1. Serviço Militar Obrigatório	01	00
2.2. Oficiais Temporários	03	06
2.3. Tarefa por Tempo Certo	20	04
3. Servidores em cargo DAS (3.1+3.2+3.3)	**04**	**06**

3.1 Servidores Civis sem vínculo	01	02
3.2 Servidores Civis aposentados	01	00
3.3 Militares da Reserva Remunerada	02	04
4. Total de Servidores (1+2+3)	**42**	**35**

Fonte: Seção de Recursos Humanos

6.1.1.3. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CFIAe

Quadro A.6.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	11	11	01	01
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	11	11	01	01
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	00	00	00
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	01	01	00	01
1.2.4. Sem Vínculo	03	03	00	00
1.2.5. Aposentados	07	07	01	00
2. Funções Gratificadas	15	11	00	01
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	00	00	00
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	15	11	00	01
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	26	22	01	02

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Análise Crítica: Os recursos humanos existentes são constituídos na sua quase totalidade de militares e servidores civis, prestando serviço, cedidos ou designados para execução de Tarefa por Tempo Certo, originários de Organizações Militares do Comando da Aeronáutica, conforme previsto na Lei nº 6.715, de 12 Nov 1979. Esta Autarquia tem envidado esforços junto ao Comando Geral do Pessoal da Aeronáutica (COMGEP) no sentido de aprovar a criação de uma ramificação da Tabela de Lotação da Diretoria de Administração de Pessoal da Aeronáutica (DIRAP) para regularizar os militares da ativa que prestam serviço na CFIAe. Em função desta situação, a quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades tem sido insuficiente para o atendimento da crescente demanda de encargos da CFIAe.

Esta é uma preocupação constante, uma vez que 50% dos servidores estão situados na faixa etária de 51 a 60 anos, conforme consta no Quadro A.6.1.1.4. Existe a previsão, para os próximos 3 (três) anos, de 12 (doze) servidores, equivalente a 16% do efetivo, que estão ou estarão com tempo de serviço e idade em condições de requerer a aposentadoria.

Não há diferença na avaliação entre o trabalho dos servidores em cargos comissionados e não comissionados. A Autarquia busca a prevalência de um ambiente de convivência no qual serão respeitadas as diferenças individuais de cada elemento do grupo. O espírito de equipe e a cortesia norteiam todas as ações dos integrantes da CFIAe.

6.1.1.3. Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

Na área de recursos humanos a CFIAe busca manter os seus servidores capacitados e atualizados nos diversos conhecimentos e habilidades técnicas, conceituais e gerenciais necessárias para o cumprimento da missão. A capacitação e atualização profissional dos servidores é uma preocupação permanente na Administração atual da CFIAe. Para tanto, foi elaborado um Plano de Capacitação de Recursos Humanos, atualizado anualmente, cujo objetivo principal é promover

formas, ações e estratégias de aprendizagem que possibilitem ao corpo funcional desta Autarquia a aquisição e o aprimoramento de competências que agreguem valor competitivo à Instituição e valor social ao indivíduo, atendendo aos padrões de qualidade e de produtividade requeridos pela natureza do trabalho e pela missão institucional da CFIAe.

Para o presente exercício, o esforço foi concentrado na capacitação dos recursos humanos voltado para atividades específicas do setor de vendas da Diretoria Executiva e do setor de produção da Diretoria Técnica, com foco no aperfeiçoamento dos padrões de desempenho no trabalho, buscando resultados que agreguem valor para a Instituição. Durante o exercício, 49 servidores passaram por algum tipo de treinamento interno ou realizaram cursos, equivalendo a 69% do efetivo da autarquia, conforme o Quadro A.6.1.1.3.

Quadro A.6.1.1.3 - Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho - 2015

DESCRIÇÃO DOS CURSOS	Nº DE SERVIDORES QUE REALIZARAM CURSOS
Incorporação Imobiliária e Condomínio Edilício	20
Avaliação de Imóveis	1
Novo CPR	2
Gestão e Apuração da Ética Pública	1
HTML 5	1
Fiscalização de Contratos	1
Patrimônio Imobiliário	4
Elaboração de Planilhas de Orçamento de Obras com novo SINAPI	10

Fonte: Seção de Recursos Humanos
Obs: Alguns servidores realizaram mais de um curso durante o exercício.

6.1.1.4. Qualificação do Quadro de Pessoal da CFIAe Segundo a Idade

Quadro A.6.1.1.4 – Quantidade de Servidores da CFIAe por Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Servidores em cargos efetivos (1.1+1.2)	**03**	**12**	**03**	**12**	**01**
1.1 Militares requisitados de outros órgãos ou esferas - Ativa	03	12	01	00	00
1.2 Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2)	00	00	02	12	01
1.2.1 Servidores de carreira vinculados ao órgão	00	00	00	00	01
1.2.2 Servidores requisitados de outros órgãos ou esferas	00	00	02	12	00
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1)	**02**	**05**	**03**	**17**	**08**
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2)	02	05	03	17	08
2.1.1 Quadro Complementar de Oficiais Temporários	02	05	01	00	00
2.1.2 Tarefa por Tempo Certo	00	00	02	17	08
3. Servidores em cargo DAS (3.1+3.2+3.3)	**00**	**00**	**03**	**05**	**03**
3.1 Servidores civis sem vínculo	00	00	03	01	00
3.2 Servidores requisitados de outros órgãos ou esferas	00	00	00	01	00
3.3 Militares da Reserva	00	00	00	03	03
4. Total de Servidores (1+2+3)	**05**	**17**	**09**	**34**	**12**

Fonte: Seção de Recursos Humanos

6.1.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da CFIAe segundo a escolaridade

Quadro A.6.1.1.5 – Quantidade de Servidores da CFIAe por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Servidores em cargos efetivos (1.1+1.2)	**-**	**-**	**-**	**-**	**5**	**28**	**-**	**-**	**-**
1.1 Milit. requisitados de outros órgãos ou esferas - Ativa	-	-	-	-	2	16	-	-	-

1.2 Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2)	-	-	-	-	3	12	-	-	-
1.2.1 Servidores de carreira vinculados ao órgão	-	-	-	-	1	-	-	-	-
1.2.2 Servidores requisitados de outros órgãos ou esferas	-	-	-	-	2	12	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1)	-	-	-	-	**10**	**24**	-	-	-
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2)	-	-	-	-	10	24	-	-	-
2.1.1 Quadro Complementar de Oficiais Temporários	-	-	-	-	-	8	-	-	-
2.1.2 Tarefa por Tempo Certo	-	-	-	-	10	16	-	-	-
3. Servidores em cargo DAS (3.1+3.2+3.3)	-	-	-	-	-	**8**	-	**2**	-
3.1 Servidores civis sem vínculo	-	-	-	-	-	3	-	-	-
3.2 Servidores requisitados de outros órgãos ou esferas	-	-	-	-	-	1	-	-	-
3.3 Militares da Reserva Remunerada	-	-	-	-	-	4	-	2	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	-	-	-	**15**	**60**	-	**2**	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Seção de Recursos Humanos

6.1.1.6. Previsão de Aposentadoria do Quadro de Servidores da CFIAe

Quadro A.6.1.1.6 – Previsão de Aposentadoria do Quadro de Servidores da CFIAe

Tempo de Aposentadoria	Quantidade											
	2009	2010	2013	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1. Já adquirido	01	01	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Previsão (s/ licença)	-	-	-	-	01	02	-	05	-	02	01	01

Fonte: Seção de Recursos Humanos

6.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

O demonstrativo das despesas com Pessoal consta do item 8 do presente Relatório.

6.1.3. Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal

6.1.3.1. Absenteísmo

Quadro A.6.1.3.1 – Indicadores de Recursos Humanos – Absenteísmo

Absenteísmo	
Objetivo da Mensuração	Controlar o índice de absentismo da força de trabalho da Autarquia.
Identificação das Variáveis	Faltas ao trabalho e dias de trabalho computados.
Origem dos dados empregados na fórmula	Folha de frequência dos servidores.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IP = \frac{\text{Nº de faltas ao trabalho}}{\text{Dias trabalho computados}} = \frac{88}{16.940} = 0,0052 \times 100 = 0,52\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos
Meta para o ano	Manter o índice de absenteísmo abaixo de 5%.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2015.
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com 0,52% de absenteísmo a meta foi cumprida.

Análise crítica: A manutenção do índice de absenteísmo com percentual abaixo do estabelecido foi resultado de reuniões de motivação com os servidores, contribuindo para manter a capacidade força de trabalho em níveis elevados.

6.1.3.2. Acidentes de Trabalho

Quadro A.6.1.3.2 – Indicadores de Recursos Humanos – Acidente de Trabalho

Indicador de Acidente de Trabalho	
Objetivo da Mensuração	Controlar a integridade física dos servidores da Autarquia
Identificação das Variáveis	Nº de Servidores e ocorrências de acidente registradas
Origem dos dados empregados na fórmula	Seção de Recursos Humanos.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IP = Nº ocor. de acid registrados = 0 = 0 X 100 = 0% Nº de servidores 77
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos
Meta para o ano	Manter o índice 0% de acidentes de trabalho na Autarquia
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2015.
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com o índice de 0% de acidentes de trabalho, a meta foi cumprida.

Análise crítica: A manutenção do índice zero de acidentes no trabalho contribuiu para manter ativo o potencial de trabalho da Autarquia.

6.1.3.3. Qualificação de Recursos Humanos

Quadro A.6.1.3.3 – Indicadores de Recursos Humanos – Qualificação

Indicador de Qualificação de Recursos Humanos	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados do Plano de Capacitação de Recursos Humanos
Identificação das Variáveis	Servidores aperfeiçoados e Efetivo.
Origem dos dados empregados na fórmula	Seção de Recursos Humanos.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IP = Nº de serv aperfeiçoados no exercício = 40 = 0,5194x100 = 51,94% Efetivo 77
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos.
Meta para o ano	Proporcionar aperfeiçoamento para 25% do efetivo anualmente.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2015.
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com 51,94% do efetivo participando de cursos e treinamentos no exercício a meta foi plenamente cumprida, ficando acima do percentual previsto.

Análise crítica: O esforço na qualificação dos recursos humanos, notadamente na área de Comercialização, Contratos, Patrimônio Imobiliário e Execução de Planilhas de Orçamento de

Obras, no exercício de 2015, contribuiu para o aperfeiçoamento do pessoal da Autarquia em beneficio do atendimento e assessoramento de seus beneficiários.

6.1.4. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

6.1.4.1. Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Estagiários

Quadro A.6.1.4.1 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA						
UG/Gestão: 123001/12201						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de Serviço de Limpeza, Conservação, Higiene e Manutenção	05.703.030/0001-88	01/04/15	01/04/16	Não se aplica	A
2011	Seleção de Estagiários	33.661.745/0001-50	01/09/15	01/09/16	Níveis Superior e Médio	A

Fonte: Gabinete Administrativo da CFIAe

Análise Crítica: A CFIAe não possui no seu efetivo servidores para atender as tarefas de limpeza, conservação, sendo necessária a terceirização através de Contratos. Entretanto esta despesa já consta do Planejamento Orçamentário anual da Autarquia.

6.1.4.2. Contratação de Estagiários

Quadro A.6.1.4.2 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R$ 1,00)
1. Nível superior	**08**	**08**	**11**	**11**	**74.328,00**
1.1 Área Fim	02	01	02	02	13.692,00
1.2 Área Meio	06	07	09	09	60.636,00
2. Nível Médio	**01**	**02**	**00**	**00**	**2.010,00**
2.1 Área Fim	01	02	00	00	2.010,00
2.2 Área Meio	00	00	00	00	-
3. Total (1+2)	**09**	**10**	**11**	**11**	**76.338,00**

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Análise Crítica: A necessidade de estagiários para a CFIAe deve-se ao fato de que esta Autarquia não possui Tabela de Lotação de Pessoal, conforme demonstrado no item 6.1.1.1. A contratação dos estagiários para esta Autarquia está baseada no art. 5º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e o § 6º do art. 7º da Orientação Normativa nº 4, de 04 de julho de 2014, da Secretaria de Gestão Pública.

6.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

6.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

6.2.1.1. Imóveis sob a responsabilidade da CFIAe, exceto Imóvel Funcional

Os imóveis que estão sob responsabilidade da CFIAe são os doados pela Secretaria do Patrimônio da União e utilizados especificamente para a construção de empreendimentos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal, para os beneficiários do Comando da Aeronáutica.

6.2.1.2. Imóveis Funcionais da União sobre Responsabilidade da CFIAe

A sede da CFIAe está situada em um prédio do Comando da Aeronáutica, cujo responsável pelo Patrimônio Imobiliário é o Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP-RJ).

6.2.2. Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Políticas ou Privadas

Não se aplica.

6.2.3. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

Não se aplica.

6.3. Gestão da Tecnologia da Informação

6.3.1. Principais Sistemas de Informações

A área de TI da CFIAe é formada pelos seguintes servidores: primário, secundário e de arquivos, que atendem a rede interna de computadores da Autarquia, um servidor LINUX para o SCCI (Sistema de Controle de Crédito Imobiliário); dois servidores, primário e secundário, disponíveis para o site da CFIAe e para o SIG (Sistema de Informações Gerenciais), localizados na sala cofre do GEIV (Grupo Especial de Inspeção em Vôo), e os dois servidores de backup, um na sede da Autarquia e outro na sala cofre do CCA-RJ (Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro).

Os sistemas computacionais utilizados diretamente relacionados aos Macroprocessos Finalísticos, de Apoio e aos Objetivos Estratégicos, desta Autarquia, e que constam do PDTI são:

- Sistema de Informações Gerenciais (SIG):

Desenvolvido para auxiliar as atividades administrativas e gerenciais da CFIAe, as quais não são contempladas pelo Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI).

- Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI):

Desenvolvido para o controle de crédito imobiliário, cuja finalidade é dar subsídios ao Agente Financeiro para que este possa administrar seus créditos em carteira, dando-lhe total apoio, desde a concessão até a finalização do crédito, inclusive, quanto à habilitação ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

- Site CFIAe – www.cfiae.aer.mil.br **/** www.cfiae.intraer

Apresenta informações dos empreendimentos disponíveis, para o efetivo do COMAER, permitindo o cadastro dos pretendentes, as facilidades para a escolha do melhor financiamento imobiliário e o histórico da Autarquia.

Os recursos humanos lotados para atender o setor de Tecnologia da Informação compõem-se de quatro analistas de sistemas, dois técnicos em TI e uma desenvolvedora de programas. No exercício de 2015 foi ministrado o Curso de HTML 5 para um dos servidores do setor de TI e foram desenvolvidos programas e relatórios para os módulos do SIG (Sistema de Informações Gerenciais), a fim de permitir uma melhor análise das informações disponíveis pelo usuário final, e, também, o novo site da CFIAe na Internet, seguindo o padrão definido pelo CECOMSAER (Centro de Comunicação da Aeronáutica) para todos os sites do COMAER.

Existe uma Comissão de Avaliação designada pela Portaria CFIAe nº 7 de 22 de janeiro de 2013, constituída por 04 (quatro) servidores que se reúnem, pelo menos, duas vezes por ano, com a finalidade de analisar e avaliar as aquisições de equipamentos e contratação de serviços de Tecnologia da Informação.

Os contratos de serviços e equipamentos relativos à área de tecnologia de informação, no exercício, são listados no Quadro a seguir.

Quadro A.6.3.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2015

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2015
			CNPJ	Denominação		
005/CFIAe/14	Licenciamento de Software (SCCI)	18/08/14 a 18/08/15	36.153.963/0001-72	PROGNUM	124.551,00	72.654,75
005/CFIAe/14 (1º TA)	Licenciamento de Software (SCCI)	18/08/15 a 18/08/16	36.153.963/0001-72	PROGNUM	124.551,00 1º TA	51.896,25
004/CFIAe/14	Configuração, atualização e instalação de servidores de WEB e a documentação dos diretórios de todos os servidores da rede de dados as CFIAe	22/07/14 a 22/09/15	01.033.831/0001-22	M&A Suporte Técnico Ltda.	33.390,00	10.017,00

Fonte: Gabinete Administrativo da CFIAe

Como medidas mitigadoras em uma possível dependência tecnológica da empresa contratada, responsável pela administração do sistema, foram desenvolvidos programas e relatórios no Sistema de Informações Gerenciais (SIG) e elaborado um Plano de Contingenciamento.

No contrato nº 005/CFIAe/14, assinado entre as partes, consta na cláusula 12, item 12.1.1 e no item 4.1.12 do Termo de Referência, a obrigação da contratada de colocar toda a base de dados a disposição da CFIAe, de modo a possibilitar a continuidade dos trabalhos, sem a quebra de sua rotina administrativa.

Análise crítica:

Analisando a importância dos sistemas de informação, nos processos de tomada de decisão da Autarquia, podemos ressaltar que o Sistema de Informações Gerenciais é uma ferramenta indispensável, pois, apresenta o perfil dos beneficiários da CFIAe, com as suas necessidades e expectativas na aquisição da casa própria, proporcionando a Administração a correta decisão no tipo e local de empreendimento a ser lançado. O Sistema de Controle de Crédito Imobiliário é o responsável pelo controle dos contratos de financiamentos imobiliários entre a CFIAe e seus beneficiários, bem como o controle contábil das receitas e das despesas. Os dois sistemas têm atendido as necessidades da Autarquia.

6.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Anexo ao Planejamento Estratégico da CFIAe, existe o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), cuja finalidade é estabelecer o planejamento para o desenvolvimento da

tecnologia da informação da Autarquia para o período de 2014 a 2016. Anualmente, o PDTI é revisado e adequado a novas tecnologias, e se necessário, são adquiridos novos equipamentos.

6.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

6.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação dos Serviços ou Obras

A CFIAe não possui o Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS), e não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), entretanto em todo processo licitatório existe a preocupação de observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012. Os critérios e práticas de sustentabilidade são praticados e veiculados como consta do objeto da contratação dos serviços ou no fornecimento dos bens, com a premissa de preservar o caráter competitivo do certame, tais como os exemplos constantes dos itens abaixo:

- Aquisição de resmas de papel ofício e envelopes recicláveis;
- Lâmpadas à vapor metálico (Halogenetos);
- Prestadores de serviços de assistência técnica em aparelhos de refrigeração;
- Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de lâmpadas fluorescentes;
- Aquisição de serviços que envolvam o aluguel de veículos automotores (Só sendo admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável mediante tecnologia "flex", nos termos da Lei n° 9.660, de 1998);
- Obras ou serviços de engenharia, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento.
- Serviços de limpeza e conservação.

A CFIAe está situada no 11º andar do Prédio do COMAER no Rio de Janeiro, cuja responsabilidade pela conservação, manutenção e limpeza é do Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP/RJ). A Autarquia normalmente já executa a separação dos resíduos recicláveis descartados, entretanto a sua destinação fica a cargo do GAP/RJ.

Análise Crítica: Apesar da área que sua sede ocupa ser de responsabilidade de outra Organização e de não possuir um Plano de Gestão Logística Sustentável, a CFIAe tem envidado esforços no sentido de implantar uma política de sustentabilidade para atender os requisitos previstos no Decreto 7.746/2012.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

No Acordão nº 3596/2015 – TCU - 1ª Câmara foram listadas no item 1.7 as seguintes recomendações:

a) nas próximas contas, as metas sejam apresentadas de acordo com o Plano Anual de Trabalho e que sejam especificadas em quantitativos físicos e financeiros; e
b) crie indicadores vinculados aos macroprocessos apresentados, especialmente àqueles referentes à produção de unidades habitacionais e empréstimos para pequenas reformas, que estão ligados diretamente a seus objetivos institucionais.

As recomendações acima já vêm sendo atendidas desde o Relatório de Gestão do ano de 2012.

7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Não há informações para este item.

7.3. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Não há informações para este subitem. No exercício não se observou a ocorrência do evento.

7.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A CFIAe segue rigorosamente o Cronograma de Pagamento das Obrigações, conforme disposto no Art. 5º da Lei 8666/1993, a não ser que a Comissão de Recebimento do Material/Serviço ou o servidor responsável pelo recebimento constate alguma irregularidade na Nota Fiscal, interrompendo o pagamento da mesma, até que seja solucionada a questão.

7.5. Informações sobre Revisão dos Contratos Vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

A CFIAe aguarda decisão final do TCU acerca do tema para adotar procedimentos, visto que os representantes das entidades beneficiadas pela desoneração ingressaram com pedido de reexame, junto ao Tribunal de Contas da União, dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2859/2013, resultando a suspensão daquelas determinações.

8 ANEXOS E APÊNDICES

8.1. Despesas com Pessoal

Quadro A.8.1 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Indenizações (Diárias)	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Militar da Ativa											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	5.910,70	-	-	-	-	5.910,70
	2014	-	-	-	-	-	9.143,50	-	-	-	-	9.143,50
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2015	26.308,08	-	29.804,34	1438,78	11.192,46	-	12.344,67	-	-	-	81.088,33
	2014	26.308,08	-	25.774,34	1.335,44	11.192,38	-	11.458,06	-	-	-	76.068,30
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	3.173,50	-	-	-	-	3.173,50
	2014	-	-	-	-	-	5.621,25	-	-	-	-	5.621,25
Servidores Aposentados											
Exercícios	2015	16.534,32	45.600,00	13.939,60	-	-	-	-	-	-	-	76.073,92
	2014	16.534,32	45.600,00	13.259,31	-	-	-	-	-	-	-	75.393,63
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2015	-	730.548,01	64.771,04	30.030,79	50.398,51	6.281,10	179.069,96	17.857,36	-	-	1.078.956,77
	2014	-	706.537,62	65.851,49	21.026,48	55.388,93	-	159.421,72	5.962,43	-	-	1.014.188,67
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2015	-	18.411,37	40.621,27	2.766,54	-	-	-	8.944,08	-	-	70.743,26
	2014	-	20.668,94	39.150,79	1.664,79	431,30	-	-	6.324,81	-	-	68.240,63

Fonte: Seção de Recursos Humanos

8.2. Mapa Patrimonial

Quadro A.8.2 – Mapa Patrimonial

CÓDIGO	BENS MÓVEIS	SALDO EM 2014	DEPRECIAÇÃO NO EXERCÍCIO	SALDO EM 2015
123110101	Aparelhos de Medição	2.717,01		2.717,01
123110102	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	18.567,78		19.357,60
123110301	Aparelhos e Utensílios Domésticos	75.770,93		75.770,93
123110105	Equipamento de Proteção, Seg. e Socorro	1.559,96		1.559,96
123110107	Máquinas e Equipamentos Energéticos	31.961,21		29.299,47
1231101108	Máquinas e Equipamentos Gráficos	3.253,50		3.253,50
123110405	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	6.046,86		6.046,86
123110125	Máquinas, Itens. e Equipamentos Diversos	632,38		632,38
123110201	Equipamentos de Processamento de Dados	614.667,73		638.862,09
123110302	Máquinas, Instalações e Utens. de Escritório	5.116,81		4.969,86
123110109	Máquinas, Ferramentas e Utens. de Oficina	67,93		67,93
123110303	Mobiliário em Geral	378.336,58		380.993,77
123119910	Material de Uso Duradouro	6.260,59		6.076,01
123110000	Bens Móveis	1.144.959,27		1.171.102,37
123810100	**Depreciações, Amortizações e Exaustões**	**103.811,53**	**85.545,19**	**85.545,19**
123000000	Imobilizado	1.041.147,74		1.085.557,18

8.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.8.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica					Código UO: 52211		UGO: 123001			
DESPESAS CORRENTES										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		RP processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	**1.315.946,48**	**1.248.655,98**	**1.315.946,48**	**1.248.655,98**	**-**	**-**	**475,55**	**-**	**1.315.470,93**	**1.248.655,98**
33190.01	76.073,92	75.393,63	76.073,92	75.393,63	-	-	-	-	76.073,92	75.393,63
33190.11	946.506,72	906.271,67	946.506,72	906.271,67	-	-	475,55	-	946.031,17	906.271,67
33191.13	191.414,63	170.879,78	191.414,63	170.879,78	-	-	-	-	191.414,63	170.879,78
33190.16	24.994,94	14.329,09	24.994,94	14.329,09	-	-	-	-	24.994,94	14.329,09
33390.93	4.381,24	4.202,28	4.381,24	4.202,28	-	-	-	-	4.381,24	4.202,28
33390.08	-	89,00	-	89,00	-	-	-	-	-	89,00
33390.14	6.281,10	11.774,85	6.281,10	11.774,85	-	-	-	-	6.281,10	11.774,85
33390.15	9.084,20	14.764,75	9.084,20	14.764,75	-	-	-	-	9.084,20	14.764,75
33390.46	46.777,65	44.234,55	46.777,65	44.234,55	-	-	-	-	46.777,65	44.234,55
33390.49	10.432,08	6.716,38	10.432,08	6.716,38	-	-	-	-	10.432,08	6.716,38
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	**969.459,16**	**1.447.470,30**	**772.681,57**	**999.063,15**	**196.777,59**	**448.407,15**	-	-	**772.681,57**	**999.063,15**
33390.30	73.737,79	102.913,68	69.037,12	64.553,30	4.700,67	38.360,38	-	-	69.037,12	64.553,30
33390.33	52.015,14	50.510,07	25.455,19	45.831,21	26.559,95	4.678,86	-	-	25.455,19	45.831,21
33390.36	11.000,00	300,00	11.000,00	300,00	-	-	-	-	11.000,00	300,00
33390.39	782.798,39	1.259.453,51	644.833,21	867.972,15	137.965,18	391.481,36	-	-	644.833,21	867.972,15
33391.39	35.090,74	33.124,74	7.646,35	20.238,19	27.444,39	12.886,55	-	-	7.646,35	20.238,19
33390.47	12.617,10	1.108,30	12.509,70	108,30	107,40	1.000,00	-	-	12.509,70	108,30
33391.47	2.200,00	60,00	2.200,00	60,00	-	-	-	-	2.200,00	60,00

DESPESAS DE CAPITAL										
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**RP processados**		**Valores Pagos**	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
4. Investimentos	**90.277,83**	**122.193,47**	**90.277,83**	**80.958,22**	**-**	**41.235,25**	**-**	**-**	**90.277,83**	**80.958,22**
34490.52	90.277,83	122.193,47	90.277,83	80.958,22	-	41.235,25	-	-	90.277,83	80.958,22
5. Inversões Financeiras	**703.980,00**	**693.600,00**	**703.980,00**	**693.600,00**	**-**	**-**	**-**	**-**	**703.980,00**	**693.600,00**
34590.66	703.980,00	693.600,00	703.980,00	693.600,00	-	-	-	-	703.980,00	693.600,00
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-			-	-	-
34690.71	-	-	-	-	-			-	-	-

Fonte: SIAFI 2014 e 2015

Legenda:
33190.01 - Aposentadoria RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar
33190.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
33191.13 - Obrigações Patronais - Op. Intra Orçamentária
33190.16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
33390.93 – Indenizações e Restituições
33390.08- Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar
33390.14 - Diárias - Pessoal Civil
33390.15 - Diárias - Pessoal Militar
33390.46 - Auxílio-Alimentação
33390.49 - Auxílio-Transporte
33390.30 - Material de Consumo
33390.33 - Passagens e Despesas com locomoção
33390.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
33390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
33391.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Op. Intra Orçamentária
34490.52 - Equipamentos e Material Permanente
34590.66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos
34690.71 - Amortização da Dívida Contratual Interna
33390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas
33391.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas – Intra Orçamentária

8.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ (Aberto)
EMISSAO	PAGINA
18/01/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	**11.164.598,44**	-	**Despesas Orçamentárias**	**3.079.663,47**	-
Ordinárias	-	-	**Ordinárias**	**1.262.006,97**	-
Vinculadas	**11.177.266,50**	-	**Vinculadas**	**1.817.656,50**	-
Educação		-	Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)		-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito	34.192,97	-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	11.177.266,50	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.783.463,53	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-12.668,06	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**2.849.063,09**	-	**Transferências Financeiras Concedidas**	**1.563.347,61**	-
Resultantes da Execução Orçamentária	1.285.715,48	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido	1.285.715,48	-	Repasse Concedido		-
Sub-repasse Recebido		-	Sub-repasse Concedido		-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	1.563.347,61	-	Independentes da Execução Orçamentária	1.563.347,61	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		-
Demais Transferências Recebidas		-	Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.563.347,61	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.563.347,61	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**197.253,14**	-	**Despesas Extraorçamentárias**	**369.286,64**	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	475,55	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	196.777,59	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	301.365,73	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.445,36	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	63.475,55	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	63.475,55	-

Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ (Aberto)
EMISSAO	PAGINA
18/01/2016	2

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos		-			
Saldo do Exercício Anterior	**56.002.524,19**	-	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**65.201.141,14**	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.002.524,19	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	65.201.141,14	-
TOTAL	**70.213.438,86**	-	**TOTAL**	**70.213.438,86**	-

Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCICIO	2015
PERIODO	DEZ (Aberto)
EMISSAO	18/01/2016
PAGINA	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**5.447.914,00**	**5.447.914,00**	**9.482.527,59**	**4.034.613,59**
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**4.281.466,00**	**4.281.466,00**	**7.589.496,73**	**3.308.030,73**
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	4.281.466,00	4.281.466,00	7.589.496,73	3.308.030,73
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**947.854,00**	**947.854,00**	**1.679.098,80**	**731.244,80**
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**218.594,00**	**218.594,00**	**213.932,06**	**-4.661,94**
Multas e Juros de Mora	218.594,00	218.594,00	213.932,06	-4.661,94
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**1.026.534,00**	**1.026.534,00**	**1.682.070,85**	**655.536,85**

Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2015
PERIODO	DEZ (Aberto)
EMISSAO	18/01/2016
PAGINA	2

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	**110.004,00**	**110.004,00**	**207.597,02**	**97.593,02**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	110.004,00	110.004,00	207.597,02	97.593,02
Amortização de Empréstimos	**916.530,00**	**916.530,00**	**1.474.473,83**	**557.943,83**
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	**6.474.448,00**	**6.474.448,00**	**11.164.598,44**	**4.690.150,44**
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**6.474.448,00**	**6.474.448,00**	**11.164.598,44**	**4.690.150,44**
TOTAL	**6.474.448,00**	**6.474.448,00**	**11.164.598,44**	**4.690.150,44**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO

Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2015
PERIODO	DEZ (Aberto)
EMISSAO	18/01/2016
PAGINA	3

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	DESPESA					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.915.498,00	3.082.004,00	2.285.405,64	2.088.628,05	2.088.152,50	796.598,36
Pessoal e Encargos Sociais	1.213.454,00	1.368.954,00	1.238.990,21	1.238.990,21	1.238.514,66	129.963,79
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.702.044,00	1.713.050,00	1.046.415,43	849.637,84	849.637,84	666.634,57
DESPESAS DE CAPITAL	4.900.008,00	4.900.008,00	794.257,83	794.257,83	794.257,83	4.105.750,17
Investimentos	150.000,00	150.000,00	90.277,83	90.277,83	90.277,83	59.722,17
Inversões Financeiras	4.700.008,00	4.700.008,00	703.980,00	703.980,00	703.980,00	3.996.028,00
Amortização da Dívida	50.000,00	50.000,00	-	-	-	50.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	7.815.506,00	7.982.012,00	3.079.663,47	2.882.885,88	2.882.410,33	4.902.348,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	7.815.506,00	7.982.012,00	3.079.663,47	2.882.885,88	2.882.410,33	4.902.348,53
SUPERÁVIT			8.084.934,97			-8.084.934,97
TOTAL	7.815.506,00	7.982.012,00	11.164.598,44	2.882.885,88	2.882.410,33	-3.182.586,44

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	448.407,15	276.279,44	276.279,44	172.127,71	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	448.407,15	276.279,44	276.279,44	172.127,71	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	41.235,25	25.086,29	25.086,29	16.148,96	-
Investimentos	-	41.235,25	25.086,29	25.086,29	16.148,96	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	489.642,40	301.365,73	301.365,73	188.276,67	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-

Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ (Aberto)

EMISSAO	PAGINA
18/01/2016	4

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ (Aberto)
EMISSAO	**PAGINA**
18/01/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	**69.542.771,68**	-	**PASSIVO CIRCULANTE**	**53.257,26**	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	**65.201.141,14**	-	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	-	-
Créditos a Curto Prazo	**2.694.590,93**	-	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	-	-
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	-	-
Clientes		-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	-	-
Créditos de Transferências a Receber		-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.694.590,93	-	**Provisões de Curto Prazo**	-	-
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**53.257,26**	-
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**1.191,76**	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	**1.645.847,85**	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**26.484.920,90**	-	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**272.434,44**	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	**25.399.363,72**	-	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	-	-
Créditos a Longo Prazo	16.680.135,02	-	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**272.434,44**	-
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	-	-
Clientes		-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	16.680.135,02	-	**Provisões de Longo Prazo**	-	-
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	-	-
Dívida Ativa Não Tributária		-	**Resultado Diferido**	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo		-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**325.691,70**	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8.719.228,70	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Estoques		-	**Patrimônio Social e Capital Social**	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	-	-
Investimentos	-	-	**Reservas de Capital**	-	-
Participações Permanentes	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		-	**Reservas de Lucros**	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-	**Demais Reservas**	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-	**Resultados Acumulados**	**95.702.000,88**	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado do Exercício	8.371.344,87	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	87.330.656,01	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**95.702.000,88**	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			

Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ (Aberto)
EMISSAO	PAGINA
18/01/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	**1.085.557,18**	-			
Bens Móveis	1.085.557,18	-			
Bens Móveis	1.171.102,37	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-85.545,19	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	**96.027.692,58**	-	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**96.027.692,58**	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	**65.201.141,14**	-	**PASSIVO FINANCEIRO**	**250.034,85**	-
ATIVO PERMANENTE	**30.826.551,44**	-	**PASSIVO PERMANENTE**	**272.434,44**	-
SALDO PATRIMONIAL		-	**SALDO PATRIMONIAL**	**95.505.223,29**	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**11.080,71**	-	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**181.500,08**	-

Quadro A.8.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ (Aberto)
EMISSAO	**PAGINA**
18/01/2016	3

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
Execução dos Atos Potenciais Ativos	11.080,71	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	181.500,08	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	11.080,71	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	181.500,08	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**11.080,71**	-	**TOTAL**	**181.500,08**	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	**64.951.106,29**
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	64.951.106,29
TOTAL	**64.951.106,29**

9 RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

9.1. Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna

a) Descrição da Auditoria realizada

A Auditoria Interna foi realizada com a finalidade de dar conhecimento formal aos respectivos Gestores e ao Agente Diretor e Ordenador de Despesas sobre as recomendações feitas pela Auditoria Interna da CFIAe de 2014, as recomendações dos OCI, no caso, o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), constante do Relatório sobre o Exame de Auditoria de Avaliação da Gestão da CFIAe elaborado no corrente exercício, propiciando à Autarquia instrumentos para o alcance da eficácia e da eficiência da gestão e subsídios para a tomada de ações de melhorias de seus problemas sistêmicos.

Assim sendo, a Auditoria Interna realizada, além de levantar as não-conformidades, visou principalmente o seguinte:

- Orientar aos gestores de bens e recursos de forma adstrita à sua área de competência, visando diminuir as não-conformidades;

- Orientar os Agentes da Administração durante a execução das metas, visando comprovar se o nível de execução está de acordo para o alcance dos objetivos da Autarquia;

- Acompanhar a execução do orçamento, visando comprovar a sua conformidade em relação aos limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;

- Acompanhar o desempenho da gestão, consubstanciados em indicadores de desempenho, a serem demonstrados no Relatório de Gestão da Autarquia, examinando os resultados quanto à economicidade, à eficiência, à eficácia, à efetividade e à eqüidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais; e

- Orientar os Agentes da Administração quanto aos princípios e às normas pertinentes aos controles internos administrativos.

b) Verificação se a auditoria planejada foi realmente realizada

Foi realizado o exame de auditoria interna nos órgãos desta Autarquia, Secretaria da Presidência, Diretoria Executiva, Diretoria Técnica, Gabinete Administrativo, Assessoria de Controle Interno, Assessoria de Tecnologia de Informação e Divulgação, Assessoria Jurídica e no próprio setor de Auditoria Interna, no período de 22/09 a 01/10 de 2015, cuja verificação das recomendações foi realizada até 23/12/2015.

c) Resultados e providências adotadas a partir das constatações feitas pela Auditoria

Foram efetuados, por amostragem, exames dos procedimentos e dos controles internos referentes aos atos e fatos administrativos praticados, observando-se, principalmente, as normas aplicáveis ao Serviço Público Federal, as Resoluções do TCU e Orientações do CENCIAR, o cumprimento da legislação e das normas internas, a propriedade dos registros, a capacidade de prova dos documentos e a adequação das instalações e do material operativo.

Os diversos setores auditados cumpriram com as recomendações no prazo que foi estipulado, isto é, até 23/12/2015.

De um modo geral vale ressaltar:

- O excelente estado das dependências da Autarquia, demonstrando organização e zelo dos servidores pelo patrimônio público;

- a atenção e o apreço demonstrados pelos servidores auditados, num reconhecimento que juntos poderão corrigir e aperfeiçoar o sistema, além de uma profunda vontade em melhor desenvolver o trabalho individual e coletivo;

- a melhoria dos processos de prestação de contas mensais, utilizando-se de novas técnicas;

- a modernização dos setores, com implementação de novos equipamentos e a reforma das instalações; e

- a melhoria técnico-profissional através de cursos de capacitação direcionados ao efetivo.

d) Justificativa pelo não cumprimento de metas de fiscalização prevista.

As metas de fiscalização previstas foram praticamente todas cumpridas dentro do prazo estipulado. As metas que foram cumpridas parcialmente estão justificadas nos quadros constantes do item 2.1.6 do presente relatório, onde foram descritas.

9.1.1. Relatório de Auditoria Independente

Síntese do Relatório:

O Relatório encontra-se arquivado na Assessoria de Controle Interno desta Autarquia. A síntese do Relatório elaborado pela a Empresa contratada (Critério Auditores e Consultores) foi a seguinte:

"A responsabilidade pela administração da carteira bem como de seus controles internos cabe à administração da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe.

Nossa responsabilidade, quanto à extensão necessária é a de expressar uma opinião sobre o que concerne a eficácia dos controles operacionais e contábeis mantidos pelo agente financeiro, para apuração das bases de incidência diárias e das contribuições mensais e das bases de incidência das contribuições trimestrais ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS.

O exame das informações operacionais apresentadas no relatório foi realizado em conexão com os exames dos registros contidos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2015, as quais foram elaboradas de acordo com as normas contábeis aceitas no Brasil e técnicas de auditoria aplicáveis.

Não houve limitação de escopo e nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas técnicas de auditoria e compreenderam: a verificação dos controles internos, de responsabilidade da administração e a aplicação dos procedimentos de pesquisas, entrevistas, observação direta, análises e conferências das informações operacionais e contábeis na extensão necessária à opinião requerida nas normas".

" Conclusão

Com base em nossos exames, constatamos que as bases de incidência informadas e os recolhimentos, quando devidos, das contribuições mensais e trimestrais ao Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica referentes ao exercício findo em 31/12/2015, encontram-se adequados aos pressupostos contidos nos Manual de Normas e Procedimentos Operacionais – MNPO/FCVS vigente, Roteiro de Análise/Banco de Índices, MP 1.520/96 e sucedâneas, Lei 10.150/00 e Resoluções pertinentes.

a) Critérios Auditores e Consultores
CNPJ 02.434.062/0001-37 CRC/RJ 003046/O-2
CVM nº 11.150 Reg. IBRACON

Marcelo dos Santos de Oliveira
Técnico responsável e representante legal da empresa de auditoria
Contador CRC/RJ 068459/O-0 IBRACON nº 3644”

9.2. Relatório de Instância ou Área de Correição

Não há informações para este subitem, no exercício não se observou a ocorrência do evento.

9.3. Declarações de Integridade

9.3.1. Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

Não se aplica.

9.3.2. Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das Declarações de Bens e Rendas

A coleta das DBR dos servidores obrigados à disponibilizá-la é feita no início do mês de maio, logo após expirado o prazo estipulado pela Secretaria da Receita Federal, para entrega das Declarações de Bens e Rendas. Após a entrega as DBR, são publicadas em Boletim Interno o registro da apresentação e em seguida guardadas em cofre da Tesouraria da Autarquia.

Quadro A.9.3.2 - Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, que todos os servidores da CFIAe obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a Seção de Recursos Humanos para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2016.
Yeda Lúcia Lima Jackson
598.349.607-78
Chefe da Seção de Recursos Humanos
CFIAe

9.3.3. Declaração de Integridade dos Registros das Informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Quadro A.9.3.3– Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta Autarquia, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2016.
Ilda da Silva Lemos Rodrigues
722.255.057-72
Chefe da Divisão de Finanças
CFIAe

9.3.4. Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

A análise diária do Relatório "Conformidade de Registro de Gestão", no qual constam todos os registros é realizada por servidor da Assessoria de Controle Interno da CFIAe, conforme Rol de Responsáveis no SIAFI, dentro do prazo previsto na legislação.

A conformidade contábil no âmbito da CFIAe é realizada pelo Contador com a análise da legalidade, legitimidade, conforme legislação aplicável, cuja declaração consta do item 9.3.5.1.

No exercício de 2015, não houve nenhuma ocorrência, alertas ou ressalvas quanto aos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Autarquia.

9.3.5. Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

9.3.5.1. Declaração Plena

Quadro A.9.3.5.1 - Declaração do Contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UG**
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA			123001
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	**RIO DE JANEIRO**	**Data**	**19 JAN 2016**
Contador Responsável	**ROBERTO HILÁRIO PEREIRA**	**CRC nº**	**085420/O-9 RJ**

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2015

RESUMO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA DA CFIAe

a) Descrição da Auditoria realizada

A Auditoria Interna foi realizada com a finalidade de dar conhecimento formal aos respectivos Gestores e ao Agente Diretor e Ordenador de Despesas sobre as recomendações feitas pela Auditoria Interna da CFIAe de 2014, as recomendações dos OCI, no caso, o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), constante do Relatório sobre o Exame de Auditoria de Avaliação da Gestão da CFIAe elaborado no corrente exercício, propiciando à Autarquia instrumentos para o alcance da eficácia e da eficiência da gestão e subsídios para a tomada de ações de melhorias de seus problemas sistêmicos.

Assim sendo, a Auditoria Interna realizada, além de levantar as não-conformidades, visou principalmente o seguinte:

- Orientar aos gestores de bens e recursos de forma adstrita à sua área de competência, visando diminuir as não-conformidades;
- Orientar os Agentes da Administração durante a execução das metas, visando comprovar se o nível de execução está de acordo para o alcance dos objetivos da Autarquia;
- Acompanhar a execução do orçamento, visando comprovar a sua conformidade em relação aos limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;
- Acompanhar o desempenho da gestão, consubstanciados em indicadores de desempenho, a serem demonstrados no Relatório de Gestão da Autarquia, examinando os resultados quanto à economicidade, à eficiência, à eficácia, à efetividade e à eqüidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais; e
- Orientar os Agentes da Administração quanto aos princípios e às normas pertinentes aos controles internos administrativos.

b) Verificação se a auditoria planejada foi realmente realizada

Foi realizado o exame de auditoria interna nos órgãos desta Autarquia, Secretaria da Presidência, Diretoria Executiva, Diretoria Técnica, Gabinete Administrativo, Assessoria de Controle Interno, Assessoria de Tecnologia de Informação e Divulgação, Assessoria Jurídica e no próprio setor de Auditoria Interna, no período de 22/09 a 01/10 de 2015, cuja verificação das recomendações foi realizada até 23/12/2015.

c) Resultados e providências adotadas a partir das constatações feitas pela Auditoria

Foram efetuados, por amostragem, exames dos procedimentos e dos controles internos referentes aos atos e fatos administrativos praticados, observando-se, principalmente, as normas aplicáveis ao Serviço Público Federal, as Resoluções do TCU e Orientações do CENCIAR, o cumprimento da legislação e das normas internas, a propriedade dos registros, a capacidade de prova dos documentos e a adequação das instalações e do material operativo.

Os diversos setores auditados cumpriram com as recomendações no prazo que foi estipulado, isto é, até 23/12/2015.

De um modo geral vale ressaltar:

- O excelente estado das dependências da Autarquia, demonstrando organização e zelo dos servidores pelo patrimônio público;

- a atenção e o apreço demonstrados pelos servidores auditados, num reconhecimento que juntos poderão corrigir e aperfeiçoar o sistema, além de uma profunda vontade em melhor desenvolver o trabalho individual e coletivo;

- a melhoria dos processos de prestação de contas mensais, utilizando-se de novas técnicas;

- a modernização dos setores, com implementação de novos equipamentos e a reforma das instalações; e

- a melhoria técnico-profissional através de cursos de capacitação direcionados ao efetivo.

d) Justificativa pelo não cumprimento de metas de fiscalização prevista.

As metas de fiscalização previstas foram praticamente todas cumpridas dentro do prazo estipulado. As metas que foram cumpridas parcialmente estão justificadas nos quadros constantes do item 2.1.6 do presente relatório, onde foram descritas.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2016.

JOSÉ SILVA CIDADE DO NASCIMENTO
Auditor Interno

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2015

RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE CORREIÇÃO

PESSOAL CIVIL

O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O EMAER fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

PESSOAL MILITAR

A correição do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 782/GC3, de 10 de Novembro de 2010, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundamentada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente, a correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; nas Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993. O EMAER fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2016.

JOSÉ SILVA CIDADE DO NASCIMENTO
Auditor Interno

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2015

DECLARAÇÃO DA ÁREA DA UPC RESPONÁVEL PELO GERENCIAMENTO DA ENTREGA DAS DBR PELOS SERVIDORES

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da CFIAe obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a Seção de Recursos Humanos para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2016.

Yeda Lúcia Lima Jackson
598.349.607-78
Chefe da Seção de Recursos Humanos
CFIAe

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2015

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DAS INFORMAÇÕES DO ORÇAMENTO FEDERAL ANUAL NO SIOP

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta Autarquia, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2016.

Ilda da Silva Lemos Rodrigues
722.255.057-72
Chefe da Divisão de Finanças
CFIAe

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2015

DECLARAÇÃO PLENA

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2016.

ROBERTO HILÁRIO PEREIRA
CRC RJ nº 085420/O-9
Contador Responsável
CFIAe

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2015

ROL DE RESPONSÁVEIS

Unidade Gestora:	CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA				
Gestão:	123001				
Natureza da Responsabilidade:	Dirigente Máximo da CFIAe – Agente Diretor e Ordenador de Despesas				
Agente:	Marco Aurélio Gonçalves Mendes			CPF:	449.425.758-34
Endereço (Residencial):	Rua Humberto de Campos, 480, apto 1002 – Bairro: Leblon				
Município:	Rio de Janeiro				
CEP:	22430-190	UF:	RJ	Telefone:	(021) 2262-0051
E-mail:	presidente@cfiae.aer.mil.br			Fax:	(021) 2262-8071
Cargo ou Função:	Presidente da Autarquia				
Designação:	Data:	17/10/2013	Exoneração:	Data:	-
	Documento:	DOU nº 202		Documento:	-
Efetiva Gestão no Período:	Data de Início:			01/01/2015	
	Data de Término:			31/12/2015	
Natureza da Responsabilidade:	Diretor Executivo - Substituto do Dirigente Máximo da CFIAe – Agente Diretor e Ordenador de Despesas				
Agente:	Elcio Picchi			CPF:	715.608.408-97
Endereço (Residencial):	Rua Grão de Areia, 281, apto 302 – Bairro: Ilha do Governador				
Município:	Rio de Janeiro				
CEP:	21941-080	UF:	RJ	Telefone:	(021) 2262-8864
E-mail:	picchiep@cfiae.aer.mil.br			Fax:	(021) 2262-8864
Cargo ou Função:	Diretor Executivo da Autarquia				
Designação:	Data:	21/06/2011	Exoneração:	Data:	
	Documento:	DOU nº 118		Documento:	
Efetiva Gestão no Período:	Data de Início:			01/01/2015	

			Data de Término:			31/12/2015	
Natureza da Responsabilidade:			Diretor Técnico da Autarquia				
Agente:			Manoel Andrade Rebelo			CPF:	095.538.517-20
Endereço (Residencial):			Rua Professor Gastão Bahiana, 496, apto 106 – Bairro: Copacabana				
Município:	Rio de Janeiro						
CEP:	22071-030	UF:	RJ		Telefone:		(021) 2126-9762
E-mail:	rebelomar@cfiae.aer.mil.br				Fax:		(021) 2240-3270
Cargo ou Função:		Diretor Técnico da Autarquia					
Designação:	Data:	25/08/2005		Exoneração:	Data:		
	Documento:	DOU nº 164			Documento:		
Efetiva Gestão no Período:			Data de Início:			01/01/2015	
			Data de Término:			31/12/2015	

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2016.

MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES
Presidente da CFIAe